



Anais da Assembléia

N.55

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 43.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1.987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os Senhores Deputados: Acyr Mezzadri, Gernote Kirinus e Irondi Pugliesi (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado Nestor Baptista (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário a reinclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei n. 18/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 25/87.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Voto de Profundo Pesar pelo falecimento do Sr. Albano Maurer, ocorrido recentemente na localidade de Chapada do Jordão, município de Guarapuava.

Pessoa respeitada e admirada por todos que o conheciam, deixou uma grande lacuna naquela localidade onde residia e sempre teve a estima dos que o tinham como amigo.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada, na localidade de Chapada do Jordão, município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de aplauso aos jornalistas Mussa José Assis, Diretor Redator-Chefe do jornal "O Estado do Paraná", e Carlos Marassi, apresentador do programa "Espaço Aberto", da Tv-Iguaçu, Canal 4. Igualmente, REQUER, uma vez aprovada, se dê ciência dos termos da presente proposição aos dois profissionais homenageados e à Direção dos aludidos órgãos de comunicação.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) BASÍLIO ZANUSSO.

Líder do PFL.

JUSTIFICATIVA:

Dois fatos relevantes e dignos de registro marcam auspiciosamente os meios jornalísticos de nosso Estado, nestes últimos dias.

Um deles, o retorno de Mussa José Assis à direção e chefia de Redação do Jornal "O Estado do Paraná", que já dirigiu por muitos anos e sempre com competência e correção profissional. Respeitado nos meios jornalísticos do Paraná, onde fez escola, contribuindo para a formação de muitos jovens que hoje atuam em diferentes unidades da Federação, Mussa representa

uma grande conquista para "O Estado" e, inegavelmente, pela sua característica inovadora, novos avanços trará para o jornal.

O outro fato é a ascensão de Carlos Marassi, apresentador do programa "Espaço Aberto", do Canal 4. Embora jovem, esse profissional vem se conduzindo com muita sobriedade, possibilitando que assuntos de grande importância para a comunidade sejam discutidos e analisados com geral proveito.

Os aplausos que ora propomos constituem, pois, justa e merecida homenagem a dois profissionais que honram e engrandecem o jornalismo paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja considerado lido o pronunciamento em anexo, relativo ao "Dia da Indústria".

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente. Srs. Deputados.

Neste dia 25 de maio, quando se registra no calendário o "Dia da Indústria", não existem motivos para comemorações. Pelo contrário. Lamentavelmente, vivemos um período de transição para a recessão, fruto da falta de uma política econômica adequada ao setor, como de resto para outros setores da economia brasileira. É importante, contudo, lembrar a importância desta atividade de produção, em cujos ombros repousa grande parte da responsabilidade pelo desenvolvimento deste País. Neste gesto, o Partido Liberal que identificar sua homenagem a uma classe produtora no seu dia, reconhecendo-lhe méritos indiscutíveis.

Estrangulados numa situação difícil que hoje preocupa todos os setores da economia, aí estão os empresários a pedir uma política definida e adequada à realidade. Sem o sonho e a fantasia que cercaram o plano cruzado e que transformou até, nossos empresários industriais, como algozes da falta de produtos que aquele planejamento causou a todo país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O dia da indústria não é apenas hoje, é o dia-a-dia de empresas que estão falindo, esmagadas por juros em patamares absurdos, obrigando à total descapitalização e transformando o empresário do setor num investidor do mercado financeiro para conseguir suportar a alta taxa inflacionária. O capital de giro que poderia permitir novos investimentos ou o suporte de um sacrifício que constantemente se pede para todos neste país, transformou-se de repen-

te no saldo disponível que através do OVER, do OPEN, dos CDBs e da própria poupança, representam a salvação para concorda ou a falência. Vivemos hoje uma crise de credibilidade, pois não se sabe em quem acreditar, face ao desencontro do Governo e uma excessiva preocupação política que esqueceu o dia-a-dia da sobrevivência de nossas empresas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na posse do Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, uma das maiores, senão a maior do País, o novo ocupante do posto, industrial Mário Amato, ouviu do Ministro da Indústria e Comércio deste País, José Hugo Castelo Branco, a expressão de que, dentro de alguns dias o setor estaria participando do lançamento da nova política industrial. Pasmem, senhores. Isto aconteceu há duzentos dias e até hoje nenhuma resposta ou proposta foi dada pelo Sr. Ministro, como se pretendesse vencer a memória de uma classe.

É inadmissível, Senhores, um País no fundo do poço estar sugando sua classe industrial com a falta de planejamento, sem uma política industrial definida; com jurros que se sobrepõe a qualquer possibilidade de lucro; e com ameaças de planos mirabolantes de congelamento ou vigilância, como se a classe industrial fôsse a única responsável por tudo que de mau vem ocorrendo neste País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Partido Liberal, nesta oportunidade, defendendo os seus princípios de liberdade e incentivo à iniciativa privada, quer abraçar hoje os seus irmãos da indústria. Longe da imagem faustosa de empresários bem sucedidos, companheiros também do infortúnio a que jogaram este País nos últimos tempos. Que neste dia da indústria, ao contrário das mensagens fantasiosas que o Governo certamente emite para saudar a classe, venham medidas capazes de tornar realidade uma política industrial capaz de representar o combustível gerador de riquezas para este País. Ao lado da agricultura, este País tem na indústria um potencial inesgotável de recursos para contribuir no combate à recessão que está visível. É preciso porém, que o Governo acorde e não se lembre apenas da indústria no seu dia, para o tapinha nas costas do empresário, o sorriso falso e as promessas vãs, que em nada ajudam esta nobre classe que hoje o PL tem a satisfação de cumprir.

Muito obrigado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia o

encaminhamento de proposição ao Senhor Governador do Estado, do teor seguinte, visando melhorias no setor da segurança pública:

CONSIDERANDO que dados estatísticos mostram que a violência no Paraná vem aumentando, tanto na zona urbana como rural;

CONSIDERANDO a existência, hoje, de uma Polícia Civil insuficiente e mal remunerada para enfrentar o quadro apresentado;

CONSIDERANDO que a segurança pública é direito constitucional do cidadão, a ser dispensado pelo Estado.

Apresenta-se ao Senhor Governador do Estado APELO no sentido de que, dentro de um plano específico para a Polícia Civil, seja dado prioridade:

- 1 - ao preenchimento, através de concurso público, das vagas existentes nos quadros da mesma;
- 2 - à implantação de nova política salarial, através de justa remuneração aos seus integrantes;
- 3 - à modernização da estrutura administrativa e operacional.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, contendo apelo no sentido de que sejam tomadas as devidas providências para agilizar a liberação de verba necessária à construção de uma casa destinada a moradia do Juiz e Promotor da Comarca de Capanema. REQUER, também, seja dada ciência deste à Câmara Municipal de Capanema e aos Vereadores Marcelino Ampessa e Danilo Pedro Martini.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

LÍDER DO PDS.

JUSTIFICATIVA:

Quando da reivindicação da Comarca de Capanema para entrância intermediária, os poderes constituídos hipotecaram suas palavras de que seriam construídas residências para o Promotor e o segundo Juiz.

A comarca foi elevada no início do ano de 1986, e até hoje a casa não foi construída. Essa construção impõe-se como medida de urgência, haja vista que um dos dois promotores sequer veio à comarca e uma das preponderantes razões é de que não tem casa para morar.

O atual Juiz, que está prestes a aposentar-se, por ter família residente em Cascavel não se utiliza de residência, o

que agravará mais a situação, pois o outro terá que fixar-se em Capanema com sua respectiva família.

O Poder Executivo elaborou um projeto para edificação de um prédio de dois pavimentos, sendo um para cada autoridade. A verba solicitada junto ao Tribunal de Justiça há mais de oito meses continua sem solução.

Por essa razão, este requerimento é dirigido ao Tribunal de Justiça para tomar as providências cabíveis a nível de Governo Estadual.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA

Estado do Paraná

Requerimento do Vereador Danilo Pedro Martini

N. 06/87

SÚMULA: Pede agilização na construção da casa para Juiz e Promotor.

Senhor Presidente.

O Vereador no final assinado, usando das atribuições que lhe confere o mandato, requer, com o devido respeito, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal e aos Deputados Caíto Quintana, Luiz Alberto e Pedro Tonelli, pedindo agilização na construção da obra acima, conforme justificativa abaixo.

Capanema 07.03.87

(a) DANILLO PEDRO MARTINI

JUSTIFICATIVA:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Quando se reivindicava a elevação da Comarca de Capanema para entrância intermediária, tanto o Poder Executivo, quanto o Legislativo hipotecaram sua palavra de que seria, imediatamente, construída uma casa para o segundo Juiz e o segundo Promotor de Justiça.

Por esta Casa passou um Projeto de Lei para venda de um imóvel, o qual foi reprovado justamente para destinar o lote à dita construção.

A Comarca foi elevada ainda em meados do ano próximo passado, entretanto, até hoje a casa ainda não foi construída.

Essa construção impõem-se como medida de urgência, haja vista que um dos dois Promotores sequer veio à Comarca e uma das preponderantes razões é de que não tem casa para morar. Realmente, na atualidade não existem casas para alugar. Um dos dois Juizes está prestes a ser aposentado e com isso, certamente, outro terá que vir. O atual, porque tem a família morando em Cascavel, por razões de escola, mora em hotel, mas o outro poderá ter que morar em Capanema e daí não tem casa. Um velho problema que precisa de urgente solução.

Sabemos que o Poder Executivo elaborou um projeto para edificação de um prédio de dois pavimentos, sendo um para cada autoridade e pediu verba junto ao Tribunal

de Justiça. Mas já se passaram mais de oito meses e não há nenhuma solução.

Por esta razão este requerimento é dirigido, não só ao Sr. Prefeito que, sabemos, está sempre pronto para atender, mas ao Deputado Líder da região e da situação que, certamente, terá trânsito livre, se não conseguir o solicitado junto ao Tribunal de Justiça, o conseguirá junto ao Governo do Estado.

O pedido é extensivo aos outros dois Deputados, os quais, se o da situação não tiver melhor sorte, certamente batalharão até que a verba seja liberada ou, pelo menos, que seja definitivamente negada, o que não acreditamos, para que então o Prefeito possa, com seus recursos, edificar a obra, como já se disse, de suma importância e necessária imediatamente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Mesa da Assembléia, o encaminhamento ao Senhor Governador Álvaro Dias, das seguintes ponderações.

CONSIDERANDO que segundo dados estatísticos da Polícia Civil, no ano de 1986, as delegacias abaixo especificadas registraram números irrisórios de ocorrências.

DELEGACIA DE COSTUMES:	61
DELEGACIA DE FALSIFICAÇÃO	
E DEFRAUDAÇÕES	128
DELEGACIA DE MEIO AMBIENTE:	39
DELEGACIA DE ECONOMIA POPULAR:	0

CONSIDERANDO a existência de estrutura - composta de delegados, agentes, escrivães, viaturas e outros recursos materiais e humanos, servem tais delegacias sem necessidade;

CONSIDERANDO as deficiências apresentadas pela Polícia Civil, que prevê a existência de 5.368 cargos e tem ocupados 2.706;

CONSIDERANDO o aumento da criminalidade no Estado e o apelo da comunidade por maior segurança:

Assim sendo, apresenta as seguintes sugestões:

1. Desativar as Delegacias de Costumes, de Falsificação e Defraudação, do Meio Ambiente e da Economia Popular existentes na Capital do Estado;
2. Elaborar estudos visando levantar a atividade realizada por delegacias semelhantes existentes em cidades do interior do Estado, e constatando-se a sua não necessidade de face o pequeno número de ocorrências, processar a devida desativação;
3. Transferência dos recursos humanos e materiais dessas delegacias para o trabalho ativo-operacional, de combate à criminalidade.

Sala das Sessões, em 26.05.87
(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, Doutor Gilberto Geraldo Garbi, solicitando a instalação de dois aparelhos telefônicos públicos no Distrito de Cafezal, no município de Iporã.

Sala das Sessões, em 26.05.87

(a) NELSON VASCONCELLOS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Cafezal possui um comércio que atende, além da população urbana, um grande contingente da população rural que o circundam.

Esta população que se dirige para a sede do distrito para servir-se deste comércio, além de outros serviços a elas oferecidos, vem se ressentindo de um serviço de grande necessidade, como o de telefones públicos, cuja existência no local se torna incompreensível pela expressão do referido Distrito no cenário sócio-econômico da região Noroeste e no grande desenvolvimento que o Paraná hoje possui.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, para que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador ÁLVARO DIAS, no sentido de determinar estudos em caráter de urgência, para solucionar definitivamente, através dos órgãos competentes, a situação dos Núcleos Sociais do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A criação dos Núcleos Sociais do Paraná foi prevista como Unidades Executivas do Programa de Ação Integrada de Serviços - PAIS - ligada a então existente Assessoria Social do Governo do Estado, através do Decreto n. 4003, de 04.02.67.

Pelo Decreto n. 385, de maio de 1971, o Programa e os Núcleos passaram para a extinta Secretaria de Estado do Trabalho e Assistência Social.

Em novembro de 1974, pela Lei n. 6636, os Núcleos passaram para a Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social;

Pelo Decreto n. 10.127, do dia 12/02/87, os Núcleos passaram para a PROMOPAR (Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social).

Os referidos decretos evidenciam a vinculação estreita e direta existente en-

tre os Núcleos Sociais e o Governo do Estado e a conseqüente responsabilidade do Governo como criador dos mesmos.

Sendo os Núcleos Sociais órgãos do Estado, porém não constantes de orçamento do Governo, em nenhuma de suas Secretarias, e não podendo o Governo firmar convênios com órgãos de natureza governamental, como é o caso dos Núcleos, foi criado, na época, um artifício provisório, de cada Núcleo organizar uma Associação, de caráter particular, através da qual seriam repassados (por meio de convênios) os recursos para pagamento de pessoal e manutenção.

Ressalte-se que esta situação de provisoriedade perdura até hoje, uma vez que os Núcleos Sociais nunca entraram no orçamento do Governo, e que os convênios sempre foram defasados em seus valores com relação aos gastos reais de cada Núcleo, isso pelo progressivo esquecimento, através dos tempos, de seu caráter de órgão do Estado. Mesmo assim, o trabalho dos Núcleos sobreviveu até hoje, embora limitado na amplitude, com muito desgaste e à custa do esforço de suas equipes de trabalho e de algum apoio comunitário.

O panorama que estamos apresentando, complementado por documentos enviados individualmente pelos diferentes Núcleos, à PROMOPAR, retrata, em parte a história de não reconhecimento, de direito, dos Núcleos, pelo Governo Estadual, história essa que parece tomou novo rumo com o Decreto n.10.127 de 12/02/87.

Em função desse Decreto, é expectativa e apelo da administração e dos funcionários dos Núcleos Sociais que, ao serem reconhecidos como entidades governamentais, em situação idêntica às demais instituições do Governo, sejam totalmente absorvidos pelo Estado no que se refere à sua manutenção, sendo seus funcionários incluídos no quadro efetivo do Estado. É uma questão não somente dos Núcleos continuarem funcionando, mas, acima de tudo, uma questão social: do atendimento de importantes segmentos da população e do reconhecimento e segurança de bons funcionários.

Entendemos que os Núcleos correspondem aos objetivos do atual Governo como valiosos instrumentos para o trabalho com as comunidades, podendo extrapolar os limites de sua ação presente e vir a constituir-se em significativos pólos de irradiação das políticas sociais.

A reivindicação que estamos propondo está em consonância com os elevados objetivos governamentais, motivo porque expressamos nossa expectativa otimista quanto ao atendimento e determinação de estudos no sentido de solucionar com a urgência possível a situação aflitiva e angustiante, não somente da administração, mas,

especialmente de todo o funcionalismo dos Núcleos Sociais do Estado do Paraná.

A nossa preocupação reflete, inclusive, os anseios dos vários segmentos da comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Presidente do PROVOPAR, Primeira Dama do Estado do Paraná, Senhora Débora Dias, solicitando a essa entidade o fornecimento de 1.000 cobertores para as pessoas carentes do município de Maringá.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Com a aproximação do inverno, que este ano, ao que tudo indica, será dos mais rigorosos, muitas pessoas carentes e de baixa renda irão sofrer as conseqüências do intenso frio, podendo até mesmo ocorrer a perda de vidas humanas. Em Maringá existem hoje milhares de pessoas carentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata desta Sessão, o envio de expediente à SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, para que sejam criados limites à especulação de intermediários na comercialização dos produtos agrícolas, principalmente no caso da batata.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa, à referida Secretaria.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

O agricultor recebe, hoje, menos do que gasta para produzir, enquanto que o consumidor paga uma exorbitância, devido à especulação desenfreada de intermediários. No entanto, não se deve chegar ao extremo de esquecer que os intermediários sempre tiveram papel importante no desenvolvimento da agropecuária, e continuam atuando com muito valor nas áreas e ocasiões em que o Governo se faz ausente.

Mas, movidos pelo interesse financeiro imediato, alguns intermediários têm manipulado especulativamente o mercado, prejudicando os produtores e os consumidores.

Tal fato foi verificado na safra de feijão, entre novembro e janeiro, quando os agricultores foram obrigados a vender sua produção por preços irrisórios. Hoje, esse mesmo feijão vem sendo colocado no

mercado por valores exorbitantes.

Agora, essa mesma atitude vem se verificando com a batata, a ponto de levar a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) a sérias denúncias, como a de que o produtor de Ponta Grossa e de Guaraçuva tem recebido em torno de Cz\$ 5,00 por quilo de batata. Mas, este mesmo produto vem sendo vendido no varejo de Curitiba, por Cz\$ 20,00 e Cz\$ 22,00 o quilo.

Para a FAEP, "mais uma vez fica evidenciado que, quando o produtor reclama por maior energia do Governo no controle de abusos, é porque tem conhecimento de causa. Uma forma de aumentar os lucros dos agricultores e diminuir os dos intermediários, seria o Governo dotar o campo da infra-estrutura capaz de escoar a produção sem que o produtor seja obrigado a se submeter à ganância dos intermediários."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, no sentido de agilizar providências para o asfaltamento da avenida Salgado Filho, parte Sul no Município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

A avenida Salgado Filho, localizada na parte Sul do município de Dois Vizinhos, entre a Avenida Rio Grande do Sul e Rua Paraná, tem uma extensão de 920m lineares, totalizando 13.280 m² compreendendo duas pistas de rolamento de 7,00m de largura, cada uma com seus devidos quadrantes.

A pavimentação atual da citada avenida apresenta-se com pedras irregulares, totalmente danificadas, dificultando o tráfego de veículos e a segurança daqueles que a percorrem diante dos buracos, crateras e ondulações ali existentes.

Justifica-se o asfaltamento da avenida Salgado Filho - pelos motivos acima expostos e a agilização desta medida, uma vez que dela resultará um recrudescimento da sobrecarga de fluxo de veículos pesados no centro da cidade.

Uma vez aprovado, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Dois Vizinhos, bem como à Câmara de Vereadores do referido Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Se-

nhor Dr. Cleverson Vitório Andreolli, mui digno Diretor da SUREHMA - Superintendência de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, no sentido de que seja viabilizado estudos, para sanar o problema de enchentes no Município de São José dos Pinhais, em especial, o do Jardim das Nações, na Rua Harry Feken, cruzamento da avenida das Torres.

Do aprovado, REQUER, que seja dado ciência aos Excelentíssimos Vereadores do Município de São José dos Pinhais e ao Senhor Humberto Niehues Neto, Rua Almirante Golçalves n. 989, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

O abaixo-assinado encaminhado ao Excelentíssimo Senhor João Batista Ferreira da Cruz, digníssimo Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, pela comunidade do Jardim das Nações, com cerca de 261 assinaturas, demonstra o estado de calamidade que se encontram essas famílias com as seguidas enchentes que são provocadas pela obstrução de um canal de esgoto, o qual impedindo o fluxo e o escoamento das águas pluviais, causa a inundação de toda a circunvizinhança da avenida das Torres, no lugar conhecido por "Boneca do Iguaçu".

Além do transtorno de locomoção causa, também, riscos de Segurança e de transmissão de doenças gravíssimas.

São José dos Pinhais, 12 de maio de 1987.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO BATISTA FERREIRA DA CRUZ

DD. Prefeito Municipal de

São José dos Pinhais.

São José dos Pinhais - Paraná.

Vimos através deste abaixo-assinado solicitar medidas urgentes no sentido de desobstruir o canal que liga o Jardim das Nações, pela rua Harry Feken, cruzamento com a avenida das Torres, em São José dos Pinhais.

O estado de calamidade que se encontra a nossa gente em vista das enchentes causadas pelo bloqueio deste canal, é extremamente desesperador.

Trata-se de gente humilde, que corre risco de vida, pois a água chega a atingir vários metros acima do leito normal, e inunda as residências e o comércio local, trazendo insegurança e doenças transmissíveis.

Certo de seu pronto atendimento, os moradores do Jardim das Nações assinam o presente.

(Constam no documento 31 assinaturas).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que o teatro municipal de Maringá não venha a ser edificado no bosque 2 (av. Itororó), conforme justificativas e abaixo-assinado em anexo.

1. Prefeito Municipal de Maringá, Doutor Said Felício Ferreira.

2. Presidente da Câmara Municipal de Maringá, Vereador Tércio Hilário de Oliveira.

3. Presidente do ITCF do Estado do Paraná, Doutor Iran Roberto Brezinski.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR e

JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

Os abaixo-assinados, residentes em Maringá, eleitores, amantes de teatro, admiradores da profícua gestão que Vossa Excelência vem desenvolvendo à frente do Legislativo Estadual, vêm expor e solicitar o seguinte:

a) Que o Teatro Municipal não seja construído no bosque 2 (av. Itororó) e sim em outro local a ser escolhido onde trará, além de embelezamento à cidade, maior segurança aos frequentadores.

b) O local escolhido deverá ser bem amplo e com grande pátio para estacionamento, o que não poderá ser feito no bosque 2 sem comprometer seriamente a flora e o desmatamento do local.

c) Em se tratando de um meio cultural e que na maioria das vezes será apresentado à noite, e para um público privilegiado e seletivo que necessita de segurança máxima, o bosque 2, como é sabido por todos da cidade, é constantemente invadido por elementos marginalizados perante à lei, com o fito exclusivo de escapar da polícia e se esconder até a chegada da noite para que possam fugir. Seria inadmissível que isso acontecesse em um dia de apresentação teatral, ou que tais elementos se aproveitem da mata existente para praticar furtos e roubos dos frequentadores.

O Município de Maringá poderia ter seu teatro construído em outra área mais adequada, onde não houvesse risco de um desequilíbrio em nossa ecologia. O órgão responsável pela preservação das áreas verdes, ITCF, de Maringá, foi alertado, mas não se manifestou por estar sob a influência política da Prefeitura Municipal. Seria conveniente contactar com o ITCF de Curitiba, que certamente poderá tomar as providências cabíveis para impedir o corte das árvores, que será solicitada, já que a área construída será de aproximadamente 3.000 m².

Assim sendo, dada a urgência deste assunto, não nos foi possível dispor de mais

tempo para coletar um maior número de assinaturas. Mas, se for do interesse em fazer uma pesquisa de opinião pública, certamente ficará comprovada que grande parte da população maringaense é contra o desmatamento desta área verde.

(Constam no documento 26 assinaturas).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam endossadas as colocações da classe empresarial pontagrossense, por esta Douta Casa de Leis, "à carta aberta" a nós apresentada, o qual segue anexo a este requerimento, devidamente firmada por vários senhores empresários da comunidade pontagrossense.

Assim sendo, solicitamos ainda que a Assembléia Legislativa envie essa manifestação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor José Sarney, Ministro da Fazenda, Ministro do Planejamento e que se dê ciência desta a cada um dos epígrafados da referida carta.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

JUSTIFICATIVA:

"Para afirmar expor e reivindicar, com o maior empenho, sinceridade e responsabilidade que:

I - reafirmam sua confiança no Excelentíssimo Presidente da República, Doutor José Sarney, que é o legítimo condutor da vida nacional, autoridade máxima e responsável pela garantia da ordem, da segurança e da paz da Nação brasileira;

II - esperam do Governo Federal, atitudes, medidas e providências que restabeleçam o processo natural de mercado, sem os gravíssimos riscos da desestabilização da economia interna e social.

III - que o Governo Federal adote com prontidão, segurança e objetividade uma ampla política nacional que preserve as conquistas das atividades produtoras, com a garantia do exercício permanente da iniciativa privada;

IV - que o Governo Federal, tenha a firmeza de conduzir a política financeira da Nação, na qual seja possível se manter o crescimento do PIB em índices recomendáveis, o direito do empresário buscar recursos financeiros nas instituições de créditos, com a suportável e controlada remuneração do capital, capaz de garantir atividades produtivas que possam ser comercializadas a preços compatíveis com os ganhos salariais da população;

V - haja rigoroso controle da inflação a níveis suportáveis pelo produtor e consumidor sem os riscos amargos da recessão e da estagnação da economia;

VI - seja adotada uma política fiscal a nível federal de acordo com a realidade nacional, em que o imposto de renda não recaia sobre todas as reservas de ganho lícito da empresa e do cidadão, desfalcando-os para recuperar capital de giro abalado com o congelamento ou permitir o reinvestimento em equipamentos essenciais para o aumento da produção ou dar maior eficiência à produtividade.

VII - seja feita a revogação do artigo 18, do Decreto Lei n. 2323/87, que, sem base jurídica, garroteia avassaladoramente o lucro das empresas a ser pago no imposto de renda apurado em 31/12/86, porque torna-se insuportável, inviabilizando a vida empresarial brasileira, com funestas consequências no prosseguimento de suas atividades;

VIII - se adote a correção monetária do imposto de renda cobrado em 1986, das pessoas físicas e jurídicas, porque esse foi o compromisso do Governo ao afirmar que a sua política fiscal no Plano Cruzado não abalaria a vida dos contribuintes. É necessário que se restabeleça a credibilidade do Governo perante o povo brasileiro. Se houver ganhos salariais em 1987, resta-rem dois caminhos ao consumidor, primeiro, fazer face ao pagamento reajustado dos produtos exigidos pelas suas necessidades, concorrendo para se evitar a recessão; e, segundo, fazer poupança, que carregará recursos para o setor produtivo, com ofertas de juros compatíveis com a realidade;

IX - adoção de medidas legais que sejam reguladoras do direito de greve, sem que atividades essenciais sejam paralisadas, produzindo o recrudescimento de uma produção mais cara, a desorganização das atividades geradoras da produção e das de prestação de serviços, concorrentes para o agravamento da situação anômala da vida nacional;

X - seja feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República permanente convocação de uma tomada de posição pela Nação num Movimento Cívico de Salvação Nacional, onde os interesses de grupos ou classes sejam condicionados ao trabalho de reconstrução nacional, com lealdade, dignidade e fidelidade. Lealdade à Pátria, dignidade de princípios, fidelidade aos compromissos e, acima de tudo, amor ao Brasil, que é a Pátria amada de todos nós.

Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa".

CARTA ABERTA

As classes empresariais de Ponta Grossa, por decisão de suas lideranças, ante o gravíssimo momento que está vivendo a economia nacional, depois da adoção do Plano de Estabilização Econômica, implantado pelo Decreto-Lei n. 2284/86, e ante a situa-

ção dramática que vive, hoje, a quase totalidade das empresas dos setores do comércio, indústria e agropecuária, vêm, de público, apresentar a presente

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES

para afirmar, expor e reivindicar, com o maior empenho, sinceridade e responsabilidade que:

I - reafirmam sua confiança no Excelentíssimo Presidente da República, Doutor José Sarney, que é o legítimo condutor da vida nacional, autoridade máxima e responsável pela garantia da ordem, da segurança e da paz da Nação Brasileira;

II - esperam do Governo Federal, atitudes, medidas e providências que restabeleçam o processo natural de mercado, sem os gravíssimos riscos de desestabilização da economia interna e social;

III - que o Governo Federal adote com prontidão, segurança e objetividade uma ampla política nacional que preserve as conquistas das atividades produtoras, com a garantia do exercício permanente da iniciativa privada.

IV - que o Governo Federal tenha a firmeza de conduzir a política financeira da Nação, na qual seja possível se manter o crescimento do PIB em índices recomendáveis, o direito do empresário buscar recursos financeiros nas instituições de crédito, com a suportável e controlada remuneração do capital, capaz de garantir atividades produtivas que possam ser comercializadas a preços compatíveis com os ganhos salariais da população;

V - haja rigoroso controle da inflação a níveis suportáveis pelo produtor e consumidor, sem os riscos amargos da recessão e da estagnação da economia;

VI - seja adotada uma política fiscal a nível federal, de acordo com a realidade nacional, em que o imposto de renda não recaia sobre todas as reservas do ganho lícito da empresa e do cidadão, desfalcando-os para recuperar capital de giro abalado com o congelamento ou permitir o reinvestimento em equipamentos essenciais para o aumento da produção ou dar maior eficiência à produtividade;

VII - seja feita a revogação do artigo 18, do Decreto-Lei n. 2323/87, que, sem base jurídica, garroteia avassaladoramente o lucro das empresas a ser pago no imposto de renda apurado em 31/12/86, porque torna-se insuportável, inviabilizando a vida empresarial brasileira, com funestas consequências no prosseguimento de suas atividades;

VIII - se adote a correção monetária do imposto de renda cobrado em 1986 das pessoas físicas e jurídicas, porque esse foi compromisso do Governo ao afirmar que a sua política fiscal no Plano Cruzado não

abalaria a vida dos contribuintes. É necessário que se restabeleça a credibilidade do Governo perante o povo brasileiro. Se houver ganhos salariais em 1987, restarão dois caminhos ao consumidor: primeiro, fazer face ao pagamento reajustado dos produtos exigidos pelas suas necessidades, concorrendo para se evitar a recessão; e, segundo, fazer poupança, que carreará recursos para o setor produtivo, com ofertas de juros compatíveis com a realidade;

IX - adoção de medidas legais que sejam reguladoras do direito de greve, sem que atividades essenciais sejam paralisadas, produzindo o recrudescimento de uma produção mais cara, a desorganização das atividades geradoras da produção e das de prestação de serviços, concorrentes para o agravamento da situação anômala da vida nacional;

X - seja feita pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República permanente convocação de uma tomada de posição pela Nação brasileira, por todos os segmentos sociais, para que se engajem num Movimento de Salvação Nacional, onde os interesses de grupos ou classes sejam condicionados ao trabalho de reconstrução nacional, com lealdade, dignidade e fidelidade. Lealdade à Pátria, dignidade de princípios, fidelidade aos compromissos e, acima de tudo, amor ao Brasil, que é a Pátria amada de todos nós.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PONTA GROSSA

(Constam no documento 53 assinaturas).

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, somando esforços à questão levantada pela prefeitura de Ipiranga, embasada em apelo formulado pela população local, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando medidas que visem, com a urgência que o caso requer, a continuidade dos trabalhos de pavimentação asfáltica da rua João Ribeiro Fonseca, em Ipiranga - PR numa extensão de 1.158m, até agora inacabada.

Configura-se o pedido num apelo geral face as circunstâncias pelas quais, segundo a Prefeitura local aventa, ter tido como contrapartida a alocação de máquinas e mão-de-obra na execução das galerias pluviais, ocorrendo, entretanto, que a firma executora da obra, Construtora Pietro, mesmo antes do término da mesma, notando o aparecimento de diversos defeitos na cobertura da pista, defeitos esses evidentes até para leigos no assunto, retirou pessoal e máquinas, abandonando a obra e

passando a executar serviços em outro município com o qual tinha compromisso ficando de retornar para conclusão e reparação dos defeitos, o que não ocorreu até a presente data.

Estes fatos ensejaram a que o fluxo de veículos pesados e as constantes chuvas que assolaram àquele Município comprometeram a trafegabilidade da mencionada via, pelo risco de acidentes, oriundos da má conservação e acabamento.

Urge a questão por providências imediatas, não obstante, pela decorrência de recursos empregados, mas, particularmente, por não haver aquela administração municipal recebido qualquer satisfação ou justificativa a respeito da parte da firma empreiteira.

Denunciados estes fatos, encarece o Parlamentar por um posicionamento de parte do Senhor Secretário dos Transportes que venha, efetivamente, solucionar a questão apresentada.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, depois de ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando determinar providências no sentido de que o Departamento de Estradas de Rodagem proceda urgente serviço de restauração nos trechos entre Palmeira-Relógio e Três Pinheiros - Pato Branco, os quais apresentam sérios perigos ao tráfego, especialmente depois das últimas chuvas e vêm sendo palco de danosas ocorrências com prejuízos materiais de grande monta para inúmeros veículos, colocando-os ao mesmo tempo sob o risco de gravíssimos acidentes.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Os que trafegam pelos trechos acima citados, têm sentido o crescente perigo a que estão expostos. Pistas de rolamento sofrendo a ação do intenso e pesado tráfego, com a desagregação do revestimento superficial, muito especialmente depois das últimas chuvas com o aparecimento de verdadeiras crateras no asfalto.

Mesmo motoristas habituados à má qualidade dos trechos incluídos aqueles que viajam diariamente, são surpreendidos pelos imensos buracos que colocam em risco milhares de vidas, enquanto expõem motoristas e proprietários de veículos a prejuízos de monta; pneus que estouram, amortecedores que perdem pressão, chassis quebrados, lataria e pintura danificadas,

mercadorias adulteradas pelos inesperados impactos e mais um sem número de contratempos, além do perigo iminente de abalroamentos e colisões.

A solicitação ora requerida, para ser enviada ao Dr. Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário dos Transportes, reveste-se, portanto, de elevado cumho social e econômico, rogando urgentes providências para a solução de um problema que se agrava semana após semana, mês após mês, ano após ano, especialmente no segmento de Três Pinheiros - Pato Branco.

Pela importância do assunto do presente requerimento, contamos com a sensibilidade dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis do Paraná.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados expedientes às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam liberadas com urgência os recursos destinados aos cafeicultores, na forma de "bônus-colheita", relativo a Cz\$ 50,00 por saca, pois estes recursos, conforme anunciado pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, deveriam estar à disposição, nas agências do Banco do Brasil, no dia 20 do corrente mês.

1 - Ministro da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira;

2 - Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Dr. Osmar Dias;

3 - Diretor de Crédito do Banco do Brasil, Dr. Sebastião Rodrigues Júnior.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Conforme anunciado pelo Ministro da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Bresser Pereira, o auxílio colheita, estaria à disposição dos cafeicultores a partir do dia 20 do corrente mês, o que até a presente data não foi efetivado.

Estes recursos, destinados ao custeio da colheita do café, em parte, precisam chegar às agências do Banco do Brasil o mais breve possível, caso contrário os cafeicultores terão que recorrer a empréstimos nas instituições financeiras privadas, tendo que arcar com juros de mercado, o que acarretaria a uma descapitalização ainda maior desta classe.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente do Ministério dos Transportes solicitando prioridade absolu-

ta para a duplicação da rodovia Curitiba - Joinville, conhecida como "Rodovia da Morte" em vista dos constantes acidentes que ali se verificam.

Outrossim, REQUER, ainda, que do pronunciamento a respeito seja encaminhada cópia ao referido Ministério.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Egrégio Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Hauly, Digníssimo Secretário de Estado das Finanças, solicitando suplementação de verba para a Secretaria de Estado da Justiça, para custear convênio com a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco - FUNESP, afim de instalar em Pato Branco o Programa PRÓ-EGRESSO.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

JUSTIFICATIVA:

O Programa PRÓ-EGRESSO tem como finalidade primordial a ressocialização dos condenados na órbita criminal.

Pato Branco e região possuem apenas de sobra para fazer funcionar o programa.

O Estado, por seu turno, não arca com quase nada, apenas com algumas bolsas de estudos para os universitários que vão trabalhar no referido programa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, para que este envie esforços no sentido de viabilizar o repavimentamento asfáltico da PR-317 no trecho entre Alto Piquiri e Distrito de Brasilândia.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado, para que determine ao Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto n. 5064 de 12.03.1985 a apresentação do relatório sobre a situação higiênico-sanitária do abate, industrialização e comercialização de carne e derivados no Estado do Paraná.

Da aprovação, REQUER que seja dada

ciência ao Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Dr. Sebastião Gonçalves Franco, e ao Presidente do Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Paraná, Dr. Luiz Carlos Setim.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

A posição em que o Paraná ocupa no cenário nacional, como o 7.º rebanho bovino (dados de 1983), com 7.655.882 cabeças; o maior rebanho suíno, com 5.134.000 cabeças (1983); o 4.º rebanho de aves de corte, com 28.000.000 aves comerciais. No Brasil 12% da carne produzida anualmente procede do Paraná, o que justifica a preocupação que os governantes devem ter a respeito da situação alarmante em que se encontra o consumo de carne, leite, ovos, pescados, mel, etc.

A população brasileira, em particular a paranaense, em sua maioria, consome produtos de origem animal sem qualquer tipo de inspeção higiênico-sanitária, expondo-se a riscos terríveis de contraírem doenças e moléstias infecto-contagiosas, através desta carne e de seus derivados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção de um posto de saúde e gabinete odontológico, com todo o material necessário, no Distrito de Palmeirinha, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava, assim como o Governo do Estado, tem como meta prioritária de sua administração propiciar melhores condições de saúde à sua comunidade.

O Município tem procurado cumprir com suas responsabilidades, prestando serviços de ordem social aos seus Distritos.

Hoje, em consequência da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, o Município de Guarapuava como tantos outros, não possui mais condições de arcar com ônus da administração, pois suas receitas têm sido suficientes apenas para o atendimento da folha de pagamento do funcionalismo.

Portanto, atendendo pedido de lideranças políticas e do Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeira, venho solicitar a construção de um posto de saúde e um gabinete odontológico, de porte médio, bem como todo o material

necessário para o bom funcionamento dos mesmos.

Outrossim, informo que o posto de saúde que atende aquela localidade encontra-se em péssimas condições de atendimento.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Nivaldo Krüger, Digníssimo Prefeito Municipal, Carlos Alberto Milazzo, Presidente da Câmara Municipal, Senhor Olavo Kloster Sampaio, Presidente do Diretório do Partido do PMDB do Município de Guarapuava, e ao Senhor Otávio Algaier, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeira, caixa postal 684 - Distrito de Palmeirinha, Município de Guarapuava.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Digníssimo Presidente da Empresa de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, solicitando a implantação de Postos Telefônicos nas localidades de São Pedro, Linha Bandeirantes e São Sebastião, Município de Missal - PR.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Visto que já foi solicitado em anos anteriores, e como não foi atendido, vimos reforçar o acima solicitado, motivados pela carência dos Postos Telefônicos que apresenta cada uma daquelas comunidades.

CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL

Estado do Paraná

Ofício n. 030/87

Missal, 07 de maio de 1987.

Senhor Deputado.

Vimos, através do presente, enviar em anexo, a Vossa Excelência, requerimento n. 005/87 de autoria do Vereador Flávio A. H. Griebeler, aprovado por unanimidade em Sessão Ordinária realizada aos 05 dias do mês de maio do corrente.

Certos de vossa compreensão junto ao pedido, aproveitamos o ensejo para externarmos nossos protestos de real estima e apreço.

Atenciosamente

(a) IRANI T. GIEHL

Presidente

Excelentíssimo Senhor

GERNOTE KIRINUS

MD. Deputado Estadual do Paraná

CURITIBA - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE MISSAL

Estado do Paraná

REQUERIMENTO N. 005/87

Flávio A. H. Griebeler, Vereador com

assento nesta Câmara Municipal, na 1.^a Legislatura do Município de Missal, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o plenário e aprovado pelo mesmo, requer a Vossa Excelência:

Envio de expediente ao Digníssimo Deputado Estadual Senhor Gernote Kirinus, solicitando viabilidade de se instalar postos telefônicos nas comunidades de São Pedro, Linha Bandeirantes e São Sebastião, Município de Missal - PR.

JUSTIFICATIVA:

Visto que já foi solicitado em anos anteriores e como não foi cumprido, venho reforçar através do solicitado acima, motivado pela necessidade que tem cada uma destas comunidades, destes Postos Telefônicos.

Sala de Sessão da Câmara Municipal de Vereadores de Missal em 05.05.87.

(a) FLÁVIO A. H. GRIEBELER

Vereador Requerente

Aprovado em única discussão

por unanimidade.

Sala das Sessões, em 05.05.1987

(a) Rubrica do Presidente

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antonio Lopes de Noronha, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de um Delegado Especial, ou de uma Comissão Especial, a fim de que sejam apurados os fatos ocorridos na Delegacia de Polícia de Guaíra.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Considerando o teor da representação formulada pelo Ministério Público da Comarca de Guaíra, (PR) na pessoa do Dr. Luiz Carlos Lima Viana, e encaminhada ao Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal de Guaíra, em data de 27 de abril de 1987; considerando as denúncias formuladas ao Ministério Público, conforme está relatado na representação referida, pelos Detetives da Polícia Civil Estadual, senhores José Henrique Rocha, Ademir Pontes e Domingos Antonio Pelegrinelo, contra a atuação do Delegado de Polícia Civil do Município de Guaíra, Bel. Iran Misael, por ocasião da apreensão do contrabando de café, ocorrido naquele Município, quando o mesmo teria recebido indevidamente importância em dinheiro para facilitar a liberação dos envolvidos; considerando que os Detetives denunciadores, não mais se encontram lotados na Delegacia de Polícia de Guaíra; considerando que o bel. Iran Misael perma-

nece ainda à frente da delegacia de Polícia de Guaíra, contando com apenas um agente, mulher, para atender o trabalho na cidade de Guaíra; considerando que o carcereiro que prestava serviços à Delegacia de Polícia de Guaíra, foi demitido em razão da reforma administrativa implantada pelo Governo Estadual; considerando que até a presente data não houve qualquer manifestação e mesmo providências quanto ao sério problema, por parte do Diretor Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná e mesmo da Secretaria de Estado da Segurança Pública; e, finalmente, considerando que tal situação e o descaso das autoridades constituídas em relação ao caso em tela vem causando preocupação e, por que não dizer, apreensão da comunidade de Guaíra, a qual encontra-se relegada à total falta de segurança.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
Guaíra - Paraná

Requerimento n. 017/87

Data: 14.05.1987

Os Vereadores que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e:

Considerando que o teor da representação formulada pelo Ministério Público da Comarca de Guaíra, Estado do Paraná, na pessoa do Dr. Luiz Carlos Lima Viana, e encaminhada ao Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal de Guaíra, em data de 27 de abril de 1987;

Considerando as denúncias formuladas ao Ministério Público, conforme está relatado na representação referida, pelos Detetives da Polícia Civil Estadual, Senhores José Henrique Rocha, Ademir Pontes e Domingos Antonio Pelegrinelo, contra a atuação do Delegado de Polícia Civil do Município de Guaíra, Bel. Iran Misael, por ocasião da apreensão de contrabando de café, ocorrido em nossa cidade, quando o mesmo teria recebido indevidamente importância em dinheiro para facilitar a liberação dos envolvidos;

Considerando que os Detetives denunciadores, não mais se encontram lotados na Delegacia de Polícia de Guaíra;

Considerando que o Bel. Iran Misael, permanece ainda à frente da delegacia de Polícia do nosso Município, contando com apenas um agente mulher para atender o trabalho em nossa cidade;

Considerando que o carcereiro que prestava serviços à Delegacia local, foi demitido em razão da reforma administrativa implantada pelo Governo do Estado;

Considerando que até a presente data, não houve qualquer manifestação e mesmo providências quanto ao sério problema, por

parte do Diretor Geral da Polícia Civil do Estado do Paraná e mesmo da Secretaria de Segurança Pública do Paraná;

Considerando finalmente que, tal situação e o descaso das autoridades constituídas em relação ao caso em tela vem causando preocupação e, por que não dizer apreensão, à comunidade local, a qual encontra-se relegada à total falta de segurança.

Isto exposto, vem REQUERER, em caráter de urgência, uma vez aprovado pelo Plenário, seja enviado um expediente endereçado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Antônio Lopes Noronha, Digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando imediatas providências, ou seja a designação de um Delegado Especial ou mesmo a constituição de uma Comissão Especial para aqui comparecer e proceder as averiguações e a devida apuração dos fatos.

T. em que

A. Deferimento

S. das Sessões da Câmara Municipal de Guaíra.

Guaíra (PR) em, 14 de maio de 1987.

(a) ITACY APARECIDO MARQUES

Autor

(Constam no documento três assinaturas ilegíveis)

APROVADO

P/UNANIMIDADE

Em 14.05.87.

(a)

Presidente

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
Promotoria de Justiça da Comarca de Guaíra.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUAÍRA

O agente do Ministério Público adiante assinado, em exercício nesta Comarca, no uso de suas atribuições legais, vem, com justificável respeito à presença de Vossa Excelência, expôr e requerer o seguinte:

1. Em data de hoje, recebeu o subscritor em seu gabinete de trabalho as pessoas de José Henrique Rocha, Ademir Pontes e Domingos Antonio Pelegrinelo, todos detetives da Polícia Civil Estadual;

2. Nessa oportunidade, relataram os visitantes ao Peticionário que, no carnaval próximo passado, quando de uma grande apreensão de contrabando de café, viram quando o Bel. Iran Misael, delegado titular da DPC local, recebeu, indevidamente a quantia de Cz\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e meio de cruzados), das mãos de um advogado de nome Dr. Lauro, estabelecido em Dourados-MS, dentro de um saco plástico, assim

o fazendo para liberar, das oito pessoas presas na ocasião, quatro delas, ou sejam, os chefes da operação ilícita e os carros pequenos (Pampa-F-1000 - Voyage e Fiat Prêmio). Quanto às carretas, o Bel. providenciou para que tão somente constasse como objetos de "furtos".

3. Na terça-feira próxima passada, houve outra grande apreensão de café (450 sacos) - envolvendo dois caminhões. Foram presos nessa oportunidade cinco homens, tendo um deles pago a importância de Cz\$ 100.000,00 (cem mil cruzados) para ser liberado e Cz\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados) de outro, que inclusive ora se encontra recolhido à cadeia pública local, para "aliviar a barra" - Antonio Grejamin Neto. Esse "acerto", segundo referiram os noticiantes, teria sido inicialmente entabulado pelo Tenente Melo, da Polícia Rodoviária Estadual.

Conseqüentemente, requer o Peticionário que Vossa Excelência, determinando a autuação desta como "Pedido de Providências" formulado pelo Ministério Público, tome ao depois, as necessárias providências para o imediato encaminhamento dos autos à cúpula diretiva da Polícia Civil no caso, assim como para que, de imediato, seja o referido Bel. afastado incontinenti de suas funções.

P. deferimento.

Guaíra, 27 de abril de 1987.

(a) JOSÉ HENRIQUE ROCHA

(a) ADEMIR PONTES

(a) DOMINGOS ANTONIO PELEGRINELO

(a) LUIZ CARLOS LIMA VIANA

Promotor da Justiça

Em tempo: Requer, respeitosamente a Vossa Excelência, seja, ainda em data de hoje, ouvido perante este MM. Juízo a pessoa de Antonio Grejamin Neto, para fins de instruir o presente.

D.S.

(a) Luiz Carlos Lima Viana

Promotor de Justiça

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antonio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de uma pequena Delegacia de Polícia, com todas as dependências necessárias para os policiais em serviço, bem como um cubículo para detentos, e ainda um veículo para transporte dos mesmos, no Distrito de Palmeirinha, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guarapuava, assim como o Governo do Estado, tem como preocupação dar melhores condições de segurança à toda população paranaense.

O Município tem procurado cumprir com suas responsabilidades, prestando serviços necessários aos Distritos.

Hoje, em consequência da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal, o Município de Guarapuava, como tantos outros, não possui mais condições de arcar com o ônus da administração, pois suas receitas têm sido suficientes apenas para o atendimento da folha de pagamento do funcionalismo.

Portanto, atendendo pedido de lideranças políticas e do Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeira, venho solicitar a construção de uma pequena Delegacia de Polícia com todas as dependências necessárias para os policiais em serviço com um cubículo para detentos, bem como um veículo para o transporte dos mesmos.

Outrossim, informo que a Delegacia de Polícia existente naquela localidade encontra-se em péssimas condições.

Uma vez aprovado, que se dê ciência aos Excelentíssimos Senhores Nivaldo Passos Krüger, Digníssimo Prefeito Municipal, Carlos Alberto Milazzo, Presidente da Câmara Municipal, Senhor Olavo Kloster Sampaio, Presidente do Diretório do PMDB do Município de Guarapuava e ao Senhor Otávio Algaier, Presidente da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeira, caixa postal 684 - Distrito de Palmeirinha, Município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, Mui Digno Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a inclusão, no Programa "Rodovias Rurais", da pavimentação asfáltica do trecho ligando Guaíra ao Distrito de Oliveira Castro, passando por Vila São Domingos e Cruzeirozinho, município de Guaíra.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) GERNOTE KIRINUS.

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada rural do município de Guaíra, que necessita pavimentação é a mesma que, em tempos passados, permitia a ligação rodoviária para Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Trata-se de uma estrada pioneira, que sem-

pre serviu a um elevado contingente de munícipes, em especial aos nossos agricultores e pecuaristas, pois, às margens da mesma, eles implantaram suas lavouras e fazendas.

Acreditamos que, com a pavimentação desta estrada, estaríamos fazendo justiça e ofereceríamos um mínimo de compensação à esses munícipes, os quais, com a formação do reservatório do Lago de Itaipu, tiveram suas propriedades prejudicadas e praticamente em alguns casos, desvalorizadas.

As localidades que seriam beneficiadas com a pretendida pavimentação, principalmente Vila São Domingos e Cruzeirozinho, concentram um considerável número de agricultores, responsáveis por um grande percentual de toda a nossa produção agrícola, os quais sempre encontram dificuldades para o escoamento de suas safras, especialmente em épocas chuvosas.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Of.CMG. n. 115/87

Guaíra, (Pr), em 15 de maio de 1987.

Senhor Deputado Estadual:

1. Em anexo, permitimo-nos encaminhar a Vossa Excelência, cópia do Requerimento n. 016/87, datado de 14.05.87, de iniciativa do Vereador que o presente subscreve, cuja proposição foi devidamente aprovada, por unanimidade, em sessão plenária desta Casa Legislativa, ontem levada a efeito.

2. Encarecemos ao ilustre Deputado o devido apoio e o indispensável empenho junto a Secretaria dos Transportes, visando viabilizar, dentro do Programa de rodovias Rurais do Governo Álvaro Dias, a pavimentação asfáltica do trecho de estrada rural do nosso Município, numa extensão aproximada de 18 quilômetros, ligando a sede municipal ao Distrito de Doutor Oliveira Castro, passando pela Vila São Domingos e Cruzeirozinho.

3. Antecipamos os nossos agradecimentos e convictos ficamos do trabalho e atenção que será merecedor, de sua parte, essa nossa pretensão, a qual é desejo e aspiração de uma grande parcela de nossos munícipes.

4. Renovamos na oportunidade os nossos protestos de consideração e apreço.

(a) JOSÉ VENÂNCIO DA SILVA

Presidente.

AO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR

GERNOTE KIRINUS

DD. Deputado Estadual do Paraná.

Curitiba-Paraná.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

REQUERIMENTO N. 016/87

Data: 14 de maio de 1987.

O Vereador que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições legais,

REQUER, em regime de urgência, após aprovado pelo plenário da Casa, seja encaminhado um expediente, endereçado ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Heinz Georg Herwig, DD. Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, para solicitar a inclusão, no Programa de Rodovias Rurais do Governo Álvaro Dias, da pavimentação asfáltica da estrada rural que partindo de Guaíra atinge o distrito de Doutor Oliveira Castro, passando pelas localidades de Vila São Domingos e Cruzeirozinho, no Município de Guaíra;

REQUER ainda, o envio de cópia do presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Guaíra e aos Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais, Gernote Kirinus, Sabino Campos, Paulino Delazeri, José S. Silva Felinto e Nilton Barbosa, encarecendo aos mesmos, todo o empenho e apoio necessário, à presente reivindicação, junto aos órgãos governamentais.

Termos em que

A.Deferimento

S. das Sessões da Câmara Municipal de Guaíra (Pr).

Guaíra (Pr) em, 14 de maio de 1987.

(aa) JOSÉ VENÂNCIO DA SILVA

Vereador Autor.

Apoio: 4 assinaturas ilegíveis.

JUSTIFICATIVA:

O trecho de estrada rural do nosso Município, o qual, juntamente com a comunidade, gostaríamos de ver pavimentada, é a mesma que em tempos passados, nos permitia a ligação rodoviária para Marechal Cândido Rondon, Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu; trata-se de uma estrada pioneira que sempre serviu a um elevado contingente de munícipes, em especial os nossos agricultores e pecuaristas, pois às margens da mesma, implantaram as suas lavouras e fazendas. Acreditamos que, com a pavimentação dessa estrada, estaríamos fazendo justiça e ofereceríamos um mínimo de compensação a esses munícipes, os quais, com a formação do reservatório do Lago de Itaipu, tiveram as suas propriedades prejudicadas e praticamente, em alguns casos, desvalorizadas. Entre as localidades que seriam beneficiadas com a pretendida pavimentação, está a Vila São Domingos e Cruzeirozinho, nas quais concentram-se um considerável número de agricultores, responsáveis por um grande percentual de toda a nossa produção agrícola, os quais sempre encontram dificuldades para o escoamento de safras, especificamente em épocas chuvosas.

J.V. da Silva- Vereador Autor.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Of.CMG.124/87

Guaíra (Pr) em, 15 de maio de 1987.

Senhor Deputado Estadual:

1. Permitimo-nos, com a devida vênua, passar às mãos de Vossa Excelência, cópia do Requerimento n. 017/87, datado de 14.05.87, de iniciativa do Vereador Itacy Aparecido Marques, cuja proposição foi aprovada por unanimidade, em sessão plenária desta Câmara Municipal, ontem realizada.

2. Encarecemos ao ilustre Deputado, após cientificar-se dos lamentáveis fatos ocorridos recentemente, onde constam, como envolvidos, pessoas vinculadas ao Departamento de Polícia Civil e lotados em nossa Delegacia de Polícia, sejam tomadas providências imediatas pelos órgãos competentes, visando assim a apuração dessas ocorrências e também, para que possa a comunidade local tomar conhecimento de toda a verdade relacionada com o episódio.

3. Antecipamos os nossos agradecimentos pela atenção que for dispensada ao assunto e renovamos na oportunidade os nossos protestos de consideração e apreço.

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

(a) Presidente.

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR

GERNOTE KIRINUS

DD. Deputado Estadual do Paraná

CURITIBA-PR.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Solicita informações a respeito dos critérios adotados na distribuição de unidades residenciais nos blocos de apartamentos em construção pelo IPE, na cidade de Maringá.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor WALDEMAR ALLEGRETTI, DD. Superintendente do Instituto de Previdência aos Servidores do Estado-IPE, solicitando-lhe as seguintes informações:

01- Qual o número de unidades residenciais a serem construídas, onde se localizará o conjunto habitacional, e em que data se efetivará a entrega os apartamentos.

02- Quais os nomes dos funcionários cadastrados inicialmente, e dentre os mesmos, quantos foram contemplados.

03- Qual o critério de seleção adotado para o repasse dos imóveis.

04- Se ocorreu a posterior aceitação de inscrições, justificar porque não se teve a iniciativa de divulgação ao público.

05- Se existem funcionários, retendo, direta ou indiretamente a posse de mais de uma unidade residencial.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Previdência aos Servidores do Estado (IPE), mediante apoio financeiro da Caixa Econômica Federal, vem empreendendo a edificação de blocos de apartamentos para funcionários do Estado, lotados em Maringá, pertencentes às mais diversas áreas de atuação.

Justifica-se o requerimento, considerando-se que, no período estipulado para a efetivação das inscrições, constatou-se publicamente, o acentuado interesse de um elevado número de funcionários, sobretudo daqueles que se enquadravam em faixas inferiores de vencimento, e porque concluído o processo seletivo dos candidatos, muitos dos funcionários relacionados inicialmente, acabaram sendo aliçados da pretensão à moradia própria, mediante a adoção de critérios ainda não divulgados pela imprensa local, em detrimento de um número significativo de famílias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserida nos Anais dos trabalhos da data de hoje, a matéria inclusa, publicada no último domingo, dia 24 de maio, intitulada "A FERROVIA E O ESTADO DO IGUAÇU", pela Gazeta do Povo, colhendo a oportunidade para ressaltar a importância da matéria e parabenizar esse veículo informativo pela iniciativa, manifestando sua posição contrária à criação do Estado do Iguaçu, movimento esse que entendemos esteja aquém de uma perspectiva precipitada e que não convém no momento ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 077/87

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná,

D E C R E T A:

Art. 1.º - O art. 3.º da Lei n. 8.434, de 24.12.86, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3.º - O valor mensal das pensões especiais previstas na Lei n. 8.434, de 24 de dezembro de 1986, ficam fixadas em um (01) salário mínimo.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.05.87.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A medida ora proposta, de aumentar a

pensão mensal para a quantia de um salário mínimo, é plenamente justa como justificável, devido a séria crise por que passa nosso País, pois o índice inflacionário sobe assustadoramente, deixando inegáveis resquícios de baixo valor quantitativo de nossa moeda.

Na atual conjuntura, nada mais justo e esperado do que esta séria tentativa de amenizar tal situação.

Isto posto, esperamos dos nobres Pares o devido apoio para a presente proposição.

Data, 24 de dezembro de 1986.

SÚMULA: Fixa, a partir de 1.º de janeiro e 1987, nos valores que especifica, os níveis de vencimentos do funcionalismo civil e militar do Estado e adota outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, inclusive, Conselheiros, Auditores e Procuradores, dos Membros da Magistratura, do Ministério Público e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado, ficam fixados, a partir de 1.º de janeiro de 1987, de acordo com os valores constantes nos anexos I e II.

Art. 2.º - O valor unitário do Salário-Família, atribuído ao funcionário por dependente legal, fica fixado em Cz\$ 40,00 (quarenta cruzados).

Art. 3.º - O valor mensal das pensões especiais, previsto no art. 3.º, da Lei n. 8.210, de 30 de dezembro de 1985, fica fixado em Cz\$ 326,96 (trezentos e vinte e seis cruzados e noventa e seis centavos).

Art. 4.º - A gratificação de produtividade, de que trata o art. 4.º, da Lei n. 8.210/85, fica majorada na mesma proporção percentual do aumento de vencimentos fixado na Tabela IX do Anexo I.

ESTADO DO PARANÁ

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

N.16

ANO XLIV

Curitiba, 2.ª feira, 19 de março de 1986

LEI N. 2632

Data: 15 de março de 1986.

SÚMULA: Concede uma pensão mensal a Dinorah Portugal Tavares.

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

Decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica concedida uma pensão

mensal a Senhora Dinorah Portugal Tavares, nos termos da Lei n. 2504, de 21 de novembro de 1955.

Art. 2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em Curitiba,
em 15 de março de 1956.

(aa) MOYSES LUPION

IVO DE LEÃO

Ref: Prot. n. 4022- 56- PG.

LEI N. 2504

Data: 21 de novembro de 1955.

SÚMULA: Dispõe sobre o direito à percepção de pensões à família de servidor público falecido e não inscrito na Caixa de Montepio dos Funcionários Públicos Cíveis e Militares do Estado e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - A família do servidor público estadual falecido e não inscrito na Caixa de Montepio dos Funcionários Públicos Cíveis e Militares do Estado, terá direito à percepção de pensões nas condições previstas nesta Lei.

Art. 2. - As pensões serão:

a. Permanentes, para as viúvas realmente necessitadas enquanto durar a viuvez;

b. Temporária, para cada filho ou enteado de qualquer condição, até a idade de 18 anos, se solteiro, ou quando inválidos, enquanto durar a invalidez. A prova de invalidez será feita com laudo de inspeção de saúde, fornecido pelo Departamento competente da Secretaria de Saúde.

Art. 3. - As pensões mensais serão concedidas na seguinte base:

a. De Cr\$ 800,00 à viúva;

b. De Cr\$ 100,00 a cada filho ou enteado.

§ 1.º - No caso de falecimento da viúva ou de não ter ela direito à pensão, 50% de sua pensão reverterá em favor dos filhos ou enteados, sendo a parte referente a cada um entregue a quem de direito, mediante documento firmado por autoridade judiciária.

§ 2.º - Se a viúva não prestar a devida assistência aos filhos ou enteados, as pensões correspondentes a este, serão entregues a quem de direito, mediante documento firmado por autoridade judiciária.

§ 3.º - No caso de falecimento do filho ou enteado, a sua pensão extinguir-se-á.

§ 4.º - Não terá direito à pensão a viúva que se encontrava desquitada ou judicialmente separada, na época do falecimento do marido, salvo se lhe haja sido assegurada a percepção legal de alimentos.

§ 5.º - Semestralmente serão apresentados à repartição pagadora, respectivos atestados de vida dos filhos ou enteados e sobre as condições de viuvez e invalidez.

Art. 4. - Somente serão concedidas pensões à família do servidor que na ocasião do falecimento, se achava no gozo dos direitos e vantagens do cargo, posto ou função, inclusive na inatividade.

Art. 5.º - O direito ao recebimento das pensões se cobrirá a partir do primeiro dia posterior ao do falecimento do servidor.

Art. 6.º - Para os efeitos desta Lei, a companheira é equiparada à mulher legítima.

§ Único - A companheira para ter direito à pensão é indispensável fazer prova judicial, cabal e irretorquível de vida comum e ininterrupta com o servidor, por período nunca inferior a três anos.

Art. 7.º - O filho adotivo e o simplesmente natural, reconhecido na conformidade do código civil, terá o mesmo direito conferido ao filho legítimo ou legitimado.

§ Único - Havendo porém filho legítimo ou legitimado só à metade do que a este couber na pensão, terá direito o adotivo ou simplesmente natural.

Art. 8. - Os herdeiros do servidor se habilitarão ao recebimento da pensão mediante requerimento ao Secretário do Trabalho e Assistência Social, instruído com todos os documentos legais que provem o seu direito.

Art. 9.º - Os documentos do processo de habilitação para o fim previsto no artigo antecedente e outros concernentes à pensão serão isentos de taxas e selos.

Art. 10 - Os proventos decorrentes desta Lei, serão previstos sempre que, por motivo de alteração sensível do poder aquisitivo da moeda se modificar o salário mínimo em vigor.

Art. 11 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da verba própria da Lei de Meios.

Art. 12 - A Secretaria do Trabalho e Assistência Social baixará as instruções necessárias à execução desta Lei.

Art. 13 - Ficam revogadas as Leis ns. 1137, de 17 de junho de 1953, 1557, de 14 de dezembro de 1953 e demais disposições em contrário, entrando esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em Curitiba,
em 21 de novembro de 1955.

(aa) ADOLPHO DE OLIVEIRA FRANCO
JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há Expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Ainda no ano de 1986, quando a nossa agropecuária enfrentava sérios problemas, não só aqui no Paraná mas em todo o Brasil, houve por bem esta Assembléia Legislativa constituir o seu Bloco Parlamentar Agropecuário.

Naquela ocasião, fruto da verdade dos colegas Parlamentares desta Casa que passaram a integrar, como subscritores que foram da criação desse Bloco Parlamentar Agropecuário, passou a coordenar esse bloco o Deputado Caíto Quintana. E, por deliberação do nobre Deputado Caíto Quintana, no início deste nosso novo mandato, o mesmo e o Presidente Antônio Annibelli nos pediram que coordenássemos esse Bloco Parlamentar, visto que cada um deles já estava a desempenhar outras funções.

Posteriormente, outros colegas assim também entenderam que nossa pessoa deveria continuar coordenando esse Bloco, e hoje nós aqui estamos para, de certa forma, fazer um breve relato, diga-se de passagem, de algumas coisas que temos procurado fazer na coordenação desse Bloco.

O assunto que nos traz hoje à tribuna e que gostaríamos de passar ao conhecimento dos Deputados, diz respeito a algumas deliberações que foram aprovadas em reunião da OCEPAR ocorrida em Curitiba, no dia 22 de maio próximo passado.

Diz respeito inicialmente a correção monetária sobre os financiamentos de investimentos: (Lê):

Minuta das deliberações aprovadas em reuniões da OCEPAR, ocorrida em Curitiba em 22 de maio de 1987.

1. Correção monetária sobre os financiamentos de investimentos.

a) solicitação de moratória por 90 dias em relação a cobrança dos financiamentos dos agricultores e cooperativas.

b) Concessão de um prazo de 60 dias para que o Governo Federal forneça uma solução para a questão e que seja compatível com as dificuldades enfrentadas pelo setor.

c) Apoio do Governo Federal para que seja viabilizada uma solução para a difícil situação enfrentada pelos agricultores e cooperativas.

2. Programa de Armazenagem.

a) que os encargos financeiros incidentes nos programas de armazenagens com recursos do FND e outros, sejam revistos.

Para o programa de armazenagem previsto pelo Governo do Estado as cooperativas estabeleceram como encargos compatíveis 50% da variação da OTN ou IPR, aquele que apresentar o menor percentual de correção.

b) será elaborado pelo Departamento Econômico da OCEPAR o levantamento dos custos de armazenagem das cooperativas. Após o levantamento e elaboração do estudo, o

trabalho será submetido à apreciação dos profissionais das cooperativas para aprovação final.

A nova tarifa será negociada com os órgãos competentes para a sua imediata implementação. Solicitar-se que esta nova tarifa seja corrigida sistematicamente com base na inflação.

3. Recompra de Milho em AGF.

a) gestões junto ao Governo Federal para que sejam estabelecidas com a maior brevidade as normas de comercialização dos estoques de produtos pertencentes ao Governo.

b) negociação junto ao Governo Federal de opção de recompra por parte das cooperativas e cooperados, do milho agefado e que se encontram nos armazéns das cooperativas. Para tanto os pleitos deverão ser compatibilizados como consumo mensal previsto.

c) que na proposta a ser encaminhada pelo Ministério da Agricultura ao Conselho Monetário Nacional sugerindo a paridade dos preços do milho no mercado interno em relação ao externo, para os exportadores de frangos, suínos, indústrias exportadoras de óleo de milho, farelo e grão germinado, também sejam incluídos os produtos e cooperativas.

d) gestões junto ao Governo Federal para que o custeio pecuário seja reativado, permitindo estimular o consumo de milho.

e) urgente definição por parte do Governo Federal na utilização da mistura de 20% de farinha de trigo.

f) pleitear a participação das cooperativas na industrialização das 700.000 toneladas de milho que o Governo pretende distribuir à população carente, inclusive utilizando milho do Paraná.

4. Fundo para saneamento da Agropecuária.

Apoio ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Frente Ampla da Agropecuária, junto ao Governo Federal, para que seja criado um Fundo de Saneamento da Agropecuária Brasileira. (termina de ler).

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estes são alguns dos pontos que foram abordados e que foram transformados em reivindicações pelas cooperativas do Paraná, pontos que serão levados à audiência que, no próximo dia 27 deste mês, será mantida com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e que já foram levadas, todas elas, até S.Exa. o Governador Álvaro Dias.

Nós, da Assembléia Legislativa, através do Bloco Parlamentar Agropecuário lá nós fizemos representar, pela assessoria desse na pessoa do Dr. Paulo Roberto Moreira Gomes, e de lá trouxe estas informações, que, na data de hoje, estamos trazendo ao conhecimento deste Plenário, e, por correspondência, estamos fazendo chegar às mãos de todos os Srs. Parlamentares

que até a presente data já se manifestaram em favor da sua participação no Bloco Parlamentar Agropecuário.

Era o que tínhamos para hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrando o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Um dos maiores desafios que enfrenta, hoje, a sociedade, é a falta de segurança; segurança esta que é exigida, reclamada, pela comunidade, aos seus governantes e também aos seus legisladores.

As pesquisas mostram que a segurança é o problema que mais aflige o brasileiro. E por quê?

Talvez mais do que nunca, na história da humanidade, vemos o homem violentando e sendo violentado na sua correria, a busca dos bens materiais, e também atrás do poder. Isto porque, o que caracteriza o homem hoje, é justamente, a insatisfação e a descrença. Se possui bens materiais, possui poder, não se satisfaz, assim como não aceita, também, dividi-los.

E, se não os tem, arrisca tudo também para possuí-los, mesmo que para isso tenha até que usar de violência; mesmo sabendo que, assim agindo, está contribuindo para formar uma sociedade desigual, onde poucos têm muito e muitos têm pouco ou nada têm.

E a violência gera a violência.

Na busca de material e do poder o homem acaba por tornar-se uma peça de uma máquina que move os números da cifra que quer alcançar e assim acaba por se consumir, esquecendo de cuidar do seu patrimônio maior, que é a própria vida. A vida que é o bem maior que o homem tem, a vida que ele, às vezes, não valoriza e nem respeita, é o seu maior patrimônio. E a vida às vezes é jogada fora, e ameaçada a todo instante. A vida ameaçada, o patrimônio ameaçado, é o que presenciamos diariamente, especialmente nós, refiro-me também ao companheiro Luiz Carlos Alborghetti, nós que vivemos o cotidiano da violência na cidade e no Estado, e diariamente noticiamos a violência praticada pelo homem contra o homem, na tentativa de cada vez um ter mais que o outro. A desvalorização da vida se reflete na violência que campeia solta por este País e mundo afora. A violência se reflete no egoísmo dos homens que governam com irresponsabilidade, que deixam toneladas de alimentos apodrecerem, enquanto milhares de crianças morrem de

fome e de subnutrição.

Vem este dado alarmante de órgãos da ONU: dez milhões de crianças morrem de fome anualmente.

Dez milhões de crianças!

Quantas dessas dez milhões de crianças são brasileiras, curitibanas e paranaenses? É a violência campeando solta, é a segurança sendo exigida e sendo reclamada por um povo que se vê amedrontado, assustado, e se sente mais preso do que aqueles que deveriam estar na prisão.

Sobre esta segurança, em nosso Estado, é que queremos falar um pouco hoje, e chamar a atenção dos Srs. Parlamentares, porque, nesta Casa a responsabilidade não cabe apenas a mim, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao Deputado e ex-Comandante da Polícia Militar, Raul Victor Lopes, aos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Segurança, mas cabe a todos nós parlamentares porque durante a campanha, nos palcos, o que mais se falou, e prometeu foi sem dúvida a luta pela segurança do povo do Paraná. E a violência, principalmente a violência que campeia nos grandes centros urbanos. A falta de segurança já alcança, também, a zona rural, onde vemos organizadas quadrilhas agindo com sucesso, roubando implementos, caminhões, assaltando camioneiros, tirando suas vidas. O pequeno lavrador violentado na sua própria terra, e às vezes até pagando com a vida para poder garantir o seu pedaço de terra.

Essa violência urbana, meus senhores, campeia em todos os cantos, nas grandes cidades, na nossa Curitiba por exemplo. E, ainda ontem, talvez alguns dos senhores não saibam, mas ontem, até a própria esposa do Secretário de Administração, ex-Deputado Mário Pereira, sentiu na própria pele a violência que impera nesta cidade, quando seu consultório foi invadido por bandidos. A violência que atinge o pequeno comerciante, ao trabalhador quando vai para seu trabalho.

É a violência campeando em todos os campos e, os organismos responsáveis pela segurança pública do Estado, a Polícia Civil, a Polícia Militar, Srs. Deputados, será que estes órgãos estão em condições de bem desempenhar a difícil tarefa que lhes é atribuída? Será que o Governo dá a estes órgãos de tamanha importância, o devido valor que eles merecem para nos tranquilizarem? Será que os homens que integram as Polícias Cíveis e Militares são remunerados condignamente ou será que eles têm que pagar para trabalhar? Será que percebem salários suficientes ao seu sustento, ao sustento de suas famílias para terem o status que a profissão exige, que a profissão requer?

E a estrutura da Polícia Civil e da Polícia Militar, como está? Ela é adequada

para enfrentar os problemas decorrentes da violência urbana e rural? É adequada para dar a segurança exigida e merecida pela comunidade que paga diária e religiosamente os seus impostos? Será que os nossos órgãos de segurança, Polícia Militar, e Polícia Civil estão realmente aparelhados para enfrentar esta alta onda de criminalidade que avança em todos os campos?

É esta a indagação que eu faço.

Lamentavelmente, todos nós que representamos o povo nesta Casa, que acabamos de sair de uma campanha eleitoral, onde repito, a segurança pública foi a bandeira de quase todos nos palanques, foi a bandeira dos parlamentares, que prometeram lutar por esta segurança, todos nós sabemos que a maioria das respostas aos questionamentos que levantamos, lamentavelmente, são negativas.

Na pesquisa que fizemos para este pronunciamento nesta tarde, levantamos alguns dados que reputamos importantes e queremos transmiti-los à esta Casa, para que todos os senhores Parlamentares tomem conhecimento de como está a segurança do povo.

Isto porque não pretendemos que a luta pela melhoria da segurança pública seja apenas uma luta de dois ou três Parlamentares, mas sim a luta de todos nós cinquenta e quatro Deputados. Que esta responsabilidade pela segurança do povo seja uma responsabilidade desta Casa, como já disse, porque nos palanques todos nós falamos em segurança pública.

Eu quero trazer para esta Casa alguns dados que me custaram alguns dias de trabalho, algumas noites para levantar detalhes, para mostrá-los aos Senhores vou tentar fazê-lo neste espaço que me é reservado.

A Polícia Civil, por exemplo, para atender cerca de oito milhões de paranaenses, prevê a existência de 5.368 cargos. Vejam bem os Senhores, são oito milhões de paranaenses e 5.368 cargos. E sabem, Senhores Deputados, eu já tenho falado a este respeito em meus programas, Deputado Alborghetti também tem falado isso em seus programas, mas é preciso que esta Casa saiba também, no seu todo, que desses 5.368 cargos da Polícia Civil, apenas 2.706 são ocupados.

Nós não temos, nem sequer para atender oito milhões de paranaenses, o quadro efetivo da Polícia Civil ocupado, e isto segundo um dos últimos levantamentos que realizamos. Além disso, temos aqui em mãos o que podemos chamar de um retrato da Polícia Civil do Paraná, especialmente em nossa cidade de Curitiba. Número de ocorrências nas diversas delegacias, natureza de delitos, número de viaturas, número de policiais e até mesmo a faixa etária por crimes que são cometidos.

Isto tudo para mostrar que vivemos em meio a um verdadeiro barril de pólvora, onde há espaço para a violência e há pouca gente para prestar segurança ao povo deste Estado.

Vejam bem: a Polícia Civil, 5368 cargos, mas apenas 2.706 cargos ocupados!

Faltam ainda, Senhores Deputados, 2662 cargos para serem ocupados, e isto representa quase a metade do quadro previsto. A sua não ocupação resulta na sobrecarga de trabalho para os que estão em ação no momento. Representa também, Senhores Deputados, que a segurança de todo o povo paranaense não está sendo levado a sério, e que há necessidade de que o Senhor Governador Álvaro Dias mande realizar urgentemente concursos para prover todas essas vagas existentes na Polícia Civil.

Isto requer urgência, Senhores Deputados. São 2.662 cargos vagos, e vejam bem, há que se relatar aqui o seguinte ainda: que desses 2.706 cargos ocupados muitos o são por funcionários do regime CLT e não podem desempenhar o trabalho de policial, e nem participar de uma operação policial, não podem andar armados, nem se envolver a não ser no trabalho administrativo dentro das delegacias. Por aí vejam os Senhores que o quadro é bem pior ainda de que eu estou apresentando aqui.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Nobre Deputado Algaci Túlio, estamos ouvindo atentamente o trabalho que Vossa Excelência traz a esta Casa referente à segurança do Estado do Paraná de uma maneira geral.

Nobre Deputado, solicitei esse aparte a Vossa Excelência para lhe dizer, e dizer a esta Casa, que há poucos dias ingressamos com um pedido através desta Casa para ver sanados os problemas do Município de Bandeirantes. Quando Vossa Excelência fala que o Paraná tem 8 milhões de habitantes atendidos por 2.706 policiais civis. Vossa Excelência poderia analisar a situação em que se encontra hoje o Município de Bandeirantes, o qual, com 41 mil habitantes, numa região onde existem aproximadamente 6 mil bóias-frias, um grande parque industrial e trabalho bastante na lavoura, e também, no comércio, possui hoje apenas um agente policial. O seu carro, que foi danificado outro dia em função de um acidente, continua parado sem que nenhuma providência tenha sido tomada, embora tenham havido os reclamos deste Parlamentar junto a esta Casa e junto à Secretaria competente.

Há ainda, nobre Deputado, um pelotão da Polícia Militar no Município de Bandei-

rantes que conta apenas com doze soldados, sendo que o seu efetivo é para quarenta. Conseqüentemente, no Município de Bandeirantes vêm ocorrendo o que vinha ocorrendo nos outros Municípios: motorista de táxi assaltado, e as pessoas não têm mais segurança em suas casas.

Há poucos dias houve uma fuga em massa na Cadeia Pública local, e fomos até a Secretaria de Segurança pedir novos cadeados, e não tinha em estoque na Secretaria. Veja, nobre Deputado, a situação de insegurança que enfrenta hoje o Município de Bandeirantes e os Municípios do Paraná.

Por isso, lhes damos os parabéns pelo seu trabalho, trazendo a esta Casa, juntamente com os seus companheiros da Comissão de Segurança, realmente, matéria de alto interesse do povo do Paraná e do povo do Brasil, porque a Segurança está calamitosa em todos os Municípios do Paraná. Haveriam que ser preenchidos os cargos, pôr esse pessoal para trabalhar, e realmente deixar o povo paranaense em melhores condições de segurança.

Obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado, Deputado Valderi Mendes Vilela.

Vossa Excelência vem também trazer mais subsídios a este nosso pronunciamento. Concedo o aparte, também, com muita satisfação ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti; sabedor e conhecedor profundo também dos problemas da nossa área de segurança.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Deputado

Algaci Túlio, para abrilhantar mais o seu pronunciamento e a bem da verdade devo dizer que quando eu era do MDB, no rádio, na televisão, eu lutava por segurança. Quando estava no PDS, quando Vossa Excelência também estava, lutávamos por segurança. Hoje, eu no PMDB, Vossa Excelência no PDT, continuamos lutando por segurança. Realmente, Vossa Excelência falou em seu pronunciamento algo que me chamou a atenção: segurança é um problema muito grave, muito sério, o qual precisamos estudar e analisar com cautela.

E é por isso que, em requerimento, Vossa Excelência e este Deputado pedem a presença do Secretário de Segurança Pública, não nesta Casa, mas sim, na Sala de Comissões, para que a Comissão de Segurança e demais Deputados que queiram participar, possam trocar idéias, oferecer subsídios e mostrar que nós, repórteres policiais, que vivemos na área, e já dormimos num plantão de uma delegacia de polícia, como o Senhor já dormiu várias vezes num plantão de uma delegacia de polícia, como eu já dormi várias vezes no plantão de uma delegacia de polícia, nos temos condições,

como homens ligados à polícia, de oferecer subsídios para que o Governo possa tentar, pelo menos, resolver em parte o problema de segurança no Paraná e, tomara Deus, da nação brasileira.

Vossa Excelência está certo, fazendo um pronunciamento sério, um pronunciamento de verdade e é preciso que não só nós, da nossa Comissão, mas toda esta casa tome consciência que o problema de segurança também vem o problema social que aflige a nação brasileira.

Obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

Vejam, Senhores Deputados, só para se ter idéia há outros dados aqui. No Paraná há 420 cargos de Delegado de Polícia de 1., 2. e 3. classe. Atualmente, há apenas 275 preenchidos: E é bom lembrar que o Paraná tem hoje 311 municípios e mais dois ou três que estão sendo criados.

Então vejam que temos muitos municípios sendo comandados por um agente de segurança, sendo a Delegacia de Polícia comandada por um soldado da Polícia Militar, que mal sabe, às vezes, escrever o seu nome. Vejam que situação difícil enfrenta a segurança, o povo desse Paraná. E próximo daqui, na Região Metropolitana, onde se verificam as maiores aberrações em termos de segurança pública, temos pequenas delegacias em casas alugadas, de vez em quando tem uma viatura, na outra semana não tem. Quando não tem, o delegado empresta da Prefeitura; quando está de bem com o Prefeito o Prefeito empresta, se não ele pede do comerciante que, às vezes, é inspetor de quarteirão da região. Ou recorre-se, então, a um taxi, que é alugado por um policial que mal ganha para pagar a sua passagem de ônibus, e, às vezes, ele se obriga, para querer prestar um trabalho à sua comunidade, a tirar 50, 100 cruzados do bolso para pagar o taxi e fazer sua tarefa. Vejam como é difícil fazer Polícia, como é difícil transmitir segurança à uma população. Segurança, Saúde, Educação, prioridades em qualquer Governo. São prioridades do Governo em todos os seus níveis. Um País só será desenvolvido se, ao seu povo, for dispensado um atendimento total nestas áreas, porque o homem deve ser o fim, nunca o meio. Para o homem é que deve estar voltada a administração pública e é isto que dói, que desanima às vezes, porque vemos os homens os quais têm o Poder nas mãos, os homens que governam e decidem o destino da humanidade, preparando a guerra, armando nações, construindo bombas capazes de eliminar vidas e esquecendo de uma coisa tão simples que é a segurança de um povo, de uma comunidade.

O que será que vai se fazer de uma terra

sem homens e sem vida? Mas não vamos nos desviar daquilo que nos propusemos a trazer para esta Casa.

Dizíamos que a Polícia Civil, a falta de material humano, é a deficiência maior. Outras deficiências, é claro, existem. As delegacias não são aparelhadas adequadamente, falta, desde veículos até material de expediente, como, o papel, a caneta, para uma anotação, e também o telefone. Se pensarmos bem, dentro de uma análise criteriosa, vamos verificar que o que se faz é um milagre em termos de segurança neste Estado e, quem sabe, em todo este País, tamanhas são as deficiências que existem nestes órgãos.

Mas vejam aqui a prova de que as críticas que fazemos nesta tribuna têm fundamento. Quando, na reforma administrativa votada nesta Casa, criticamos, argumentando que o Paraná, que a máquina administrativa do Estado estava a merecer uma grande reforma. Mas o que se fazia naquele projeto eram apenas alguns ajustes. E vejam, vou dar alguns exemplos, mesmo tendo deficiência de pessoal, - como já dissemos, a Polícia Civil se dá ao luxo de manter delegacias que pouco contribuem para a tranquilidade e segurança do povo.

Um bom exemplo é a Delegacia de Costumes, aqui em Curitiba. Esta Delegacia está localizada na Rua Barão do Rio Branco, ao lado da Saúde Pública. No ano passado esta Delegacia, em doze meses, atendeu apenas 61 ocorrências. Não que não existisse a criminalidade relativa àquela Delegacia. E que os distritos, hoje, fazem uma clínica geral. Então não há mais razão para a existência da Delegacia de Costumes. Toda ela aparelhada, montada com viaturas, com pessoal, com rádio, com aluguel às vezes até do prédio, para praticamente nada fazer, com consideráveis gastos de dinheiro público, e para quê?

Para no final de onze meses apresentar este resultado de apenas 61 ocorrências.

Existem outras delegacias que executam os mesmos serviços, - como já disse, os distritos policiais.

Neste setor de Costumes a Delegacia da Mulher, os distritos policiais, as delegacias da Região Metropolitana, todas dentro do mesmo setor. Logo, entendo eu que não é necessária esta Delegacia com todo este aparato, praticamente ocioso.

Existe a Delegacia de Crimes Contra a Economia Popular. Sabem quantas ocorrências atendeu o ano passado esta Delegacia? E vejam bem que era no ano do Plano Cruzado, no ano em que os fiscais do Sarney foram para as ruas; no ano em que os supermercados tiveram suas portas fechadas; pequenos comerciantes foram punidos. E sabem quantas ocorrências a delegacia de Crimes Contra a Economia Popular atendeu? Nenhuma

ocorrência. Nada, absolutamente nada. E esta Delegacia tem todas as estruturas: viaturas, pessoal, material de expediente, telefone, rádio, tem tudo o que uma Delegacia normal deve ter.

Outras Delegacias de Curitiba, que também se apresentam ociosas: Delegacia de Falsificações e Defraudações, a que cuida do estelionato, do cheque sem fundo, dos vigaristas, do "conto do bilhete", também está lá ociosa, ocupando espaço, com pessoas para nada fazer durante vinte e quatro horas por dia. São três Delegacias que dou como exemplo daquelas que necessitam entrar na reforma administrativa, a respeito das quais estamos, inclusive, encaminhando ao Senhor Governador um Expediente, um apelo, para que desative estas três delegacias que hoje estão completamente ociosas.

Nós, Deputados, que representamos o povo do Paraná, e é bom que se frise que todos os representantes são iguais, com os mesmos direitos, porque os impostos que o povo paga não tem cor e não tem partido. Não é do PMDB, nem do PDT, do PL, do PDS, do PTB, do PFL. Todos são componentes de um regime representativo como o nosso. E esta razão é que eu não concordo quando coloco à discussão da mesa um requerimento pedindo a convocação do Senhor Secretário, e este documento me é negado e no dia seguinte estar o Senhor Secretário conversando com a bancada do PMDB.

Será que nós outros, do lado de cá da bancada, também não somos Deputados?

O Sr. Basílio Zanusso - (Aparte) Ilustre

Deputado Algaci Túlio, ao nos manifestarmos pelo apoio do seu requerimento no qual Vossa Excelência faz a justificativa com argumentos convincentes, porque realmente conhece as coisas que acontecem na área de Segurança Pública, muito especialmente, de Curitiba. Da mesma forma que o faz com a mesma dedicação de Vossa Excelência, o ilustre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que preside a Comissão, importante de Segurança desta Casa da qual Vossa Excelência é uma das ...

O SR. PRESIDENTE - (Aníbal Khury) A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e lhe dará mais dois minutos para conclusão.

O Sr. Basílio Zanusso - Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu quero, além desse apoio que fazemos aqui por antecipação ao seu requerimento, queremos também manifestar a nossa solidariedade a Vossa Excelência, e permita-o o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que valorizam com a presença de Vossas Excelências o teor, a dedicação do

trabalho voltado a esta área muito importante da sociedade paranaense, que é a segurança, valorizam não só a Comissão de que fazem parte, mas também este Poder Legislativo. Portanto, receba Vossa Excelência os nossos cumprimentos e os nossos aplausos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Senhor Deputado Basílio Zanusso. O povo que nos elegeu precisa conhecer a verdade, não pode continuar sendo enganado; não pode mais acreditar nas promessas daqueles que nos palanques prometem segurança pública e depois de eleitos esquecem os compromissos.

Este nosso pronunciamento tem como objetivo, alertá-los para que não esqueçam o compromisso que assumiram em palanque, no ano passado.

Não podem esquecer-se da necessidade de lutar, junto aos órgãos de que é preciso aparelhar a polícia tanto materialmente, como humanamente.

Mas, vejam aqui a falha da reforma administrativa. A Delegacia do Meio Ambiente, por exemplo, em 1986, atendeu 39 ocorrências em Curitiba. Em 12 meses uma delegacia atendeu 39 ocorrências!

Vejam bem, e concorreram com desvantagem com outros órgãos estaduais e federais, como o ITCF, Delegacia do IBDF, Surhema, Secretaria do Meio Ambiente, todas voltadas para este mesmo campo dessa Secretaria. E qual a finalidade dessa Secretaria ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta a liderança do PDT se concede a palavra ao orador no Horário das Lideranças.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, o nobre Deputado continuará no Horário da Liderança.

O Sr. Algaci Túlio - Muito obrigado, Deputado Antônio Belinati, muito obrigado, Senhor Presidente.

Então, dizia eu que a Secretaria do Meio Ambiente, praticamente ociosa também, e nós temos visto, constantemente, denúncias contra o desmatamento, invasão de terras, que é competência desta Delegacia, e, no entanto, ela não se apresenta para o trabalho! E, aqui vai novo questionamento quanto à validade da aplicação de valiosos recursos para a manutenção de uma Delegacia que pouco, ou quase nada tem feito na defesa do meio ambiente! Será que não estamos permitindo que valiosos recursos, humanos e materiais sejam desviados? Será que estes recursos não poderiam e não deveriam estar servindo diuturnamente no combate aos crimes mais comuns? Aos crimes

contra a vida?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, colocamos neste pronunciamento apenas alguns exemplos que mostram, claramente, a necessidade da ampliação do quadro da Segurança, neste Estado. Que mostram a necessidade de uma reorganização e melhor aproveitamento, visando, evidentemente, proporcionar segurança para a população.

Já é tempo de balançarmos as estruturas arcaicas em funcionamento da Polícia Civil, da Polícia Militar, para que o vento da renovação venha arejá-las, trazendo benefícios para nós, para todos nós, e benefícios para a segurança do povo.

Vejam o Sistema Penitenciário: - presos cumprindo penas em unidades prisionais - 2.432 presos. Isto na Penitenciária Central do Estado, em Piraquara, na prisão Provisória de Curitiba, no Bairro do Ahú, na prisão Feminina, em Piraquara. São 2.432 presos, além daqueles implantados na Colônia Penal Agrícola.

Presos condenados em delegacias de Polícias, no Município de Vossa Excelência, Deputado Valderi Mendes Vilela, em Maringá, Deputado José Alves, na sua região, Deputado Basílio Zanusso, mais presos em Delegacias de Polícia, no Estado do Paraná, do que dentro do próprio organismo prisional! Capacidade das nossas unidades prisionais - apenas 1650 presos! Os dados estão aqui, neste levantamento que nós fizemos.

Vejam bem Senhores, isto obriga as Delegacias de Polícia a suprirem as falhas de nosso Sistema Penitenciário. Vejam bem que são 2747 presos, condenados, muitos deles de alta periculosidade, cumprindo penas de que forma? Sem a maior segurança possível, e o maior exemplo foi dado, há dias atrás, em Dois Vizinhos, de onde foi seqüestrado um bandido de alta periculosidade, autor de mortes e que acabou pagando também com a vida pelos crimes que cometeu!

A Comissão de Segurança, nesta Casa, tem se empenhado, neste sentido a fim de levar ao conhecimento do Secretário de Segurança Pública, do Secretário da Justiça, o quadro que nós, homens desta Comissão, conhecemos bem de perto, por isso é que nós fazemos aqui estes reparos. É por esta razão que dou entrada, nesta Casa, hoje, Senhor Presidente, em dois requerimentos, um deles encaminhando apelo ao Governador do Estado, visando melhorias no setor de Segurança Pública, e o outro, solicitando a Sua Excelência o Senhor Governador, a desativação da Delegacia de Costumes, que atendeu 61 ocorrências, em 12 meses, da Delegacia de Defraudações e Falsificações, que atendeu 128 ocorrências, em 12 meses, da Delegacia do Meio Ambiente, que atendeu 39 ocorrências, e da Delegacia de Economia

Popular que não atendeu uma ocorrência sequer.

Muito obrigado, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Horário das Lideranças, com a palavra a representação do PT.

(Ausente).

Estando ausente, concedo a palavra à representação do PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Lê):

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

"Desejo chamar a atenção da Assembléia Legislativa e do Governador Álvaro Dias para a dramática situação que estão vivendo hoje milhares de pequenos agricultores paranaenses que, forçados pelas circunstâncias de falta de financiamento, foram empurrados por necessidade de créditos, a contraírem empréstimos em bancos e financeiras para custeio de suas lavouras.

Esses homens, lutadores e trabalhadores, que enfrentam todas as dificuldades, inclusive as impostas pela natureza, estão espalhados por todo o Estado do Paraná e são as grandes vítimas do fracasso da política econômico-financeira posta em prática pela desastrada administração do Ministro da Fazenda Dilson Funaro, esse mesmo ex-Ministro que, ontem, em Curitiba, quando, a convite do PMDB, falava a políticos e a empresários, também, afirmava, como se estivesse vivendo um desvario, que "a situação econômica do Brasil hoje está melhor do que em 1985, quando foi lançado o Plano Cruzado", esse malfadado plano que veio comprovar a incompetência do PMDB para administrar as finanças e a economia do País. "Situação melhor" só se for para os poderosos banqueiros e donos de financeiras que estão praticando juros de 2.000% ao ano, no crédito direto ao consumidor, conforme revelaram os jornais em suas edições de ontem. Vejam bem, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados: juros de 2.000% ao ano!

Nunca se viu tanta loucura num País!

É por isso, Senhor Presidente, que centenas de pequenos produtores rurais estão indo à falência no Paraná, a cada mês. A Assembléia Legislativa e o Governo do Estado não podem ficar indiferentes a essa dramática situação, sob pena de, no futuro, verem recair sobre os ombros dos Senhores Deputados e do Governador Álvaro Dias, a grave responsabilidade do peso da indiferença diante do quadro desolador que estamos vivendo.

O Jornal "Folha de Londrina", em sua edição de 23 do corrente, reflete em, profundidade toda a extensão do drama vivido

por nossos pequenos agricultores:

"Apesar do programa de apoio aprovado pelo Governo do Estado e colocado em prática pelo BANESE, diversos agricultores ainda correm o risco de perder as suas terras através de execuções judiciais, seguidas de leilões. O maior volume de processos está acumulando no Fórum de Ivaiporã". E prossegue a "Folha de Londrina", relatando o drama de oito pequenos lavradores:

"Ontem à tarde, em frente ao prédio do Fórum desta cidade (Ivaiporã), oito propriedades rurais de pequeno porte foram a leilão e duas delas foram arrematadas a preços bem inferiores aos valores reais estimados".

Aí está, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, o retrato fiel da grave situação que estamos vivendo. Mas, não é apenas em Ivaiporã que se apresenta esse quadro dramático. Pode-se dizer que ele se estende por todo o território paranaense. E o que vou relatar a Vossas Excelências é uma prova cabal de que a situação é extremamente grave, exigindo uma pronta resposta do Governador Álvaro Dias, a quem dirijo um apelo, em nome de centenas de famílias que vivem às margens do Rio Pirapó e nas regiões de Paranacity e Cruzeiro do Sul. São famílias de pequenos lavradores que estão sendo devorados pela desenfreada agiotagem, consumindo suas propriedades rurais.

São cerca de setenta pequenas propriedades que irão a leilão porque esses lavradores não podem fazer face aos compromissos assumidos com créditos e financiamentos. A situação na Colônia dos Iwase é desoladora. Posso dizer a Vossas Excelências que ali viviam homens humildes que, com o seu suor e de seus familiares, vinham ajudando a construir a grande agricultura paranaense. Posso dar-lhes esse meu depoimento porque os conheço, na grandeza do seu trabalho, há mais de trinta anos. Os Iwase, no Vale do Pirapó, realizaram um trabalho fecundo, amanhando a terra para produzir alimentos, numa faina de sol-a-sol. Vontade de trabalhar, de produzir, nunca lhes faltou. Faltaram sim, estímulo oficial, apoio financeiro e crédito. Premiados pelas circunstâncias, tiveram de recorrer a empréstimos para custear suas lavouras. Com os juros extorsivos praticados pelo mercado financeiro, estão vendo o produto do seu trabalho, do seu esforço e das suas famílias ir a leilão. Ir à praça, para cumprir execuções judiciais.

Por isso, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, urge que se adotem medidas de apoio a esses pequenos produtores rurais, assim como aos produtores de algodão, milho, feijão, uva, amora e rami de

Paranacity e Cruzeiro do Sul, ameaçados de verem suas pequenas propriedades irem a leilão para pagar a agiotagem dos créditos e financiamentos que foram obrigados a recorrer. É preciso que o Governador Álvaro Dias, a exemplo do que foi feito com relação aos produtores do Vale do Ivaí, também determine medidas de amparo aos pequenos produtores de Paranacity e Município vizinho. Um Pacto Social, como vem pregando o Governador paranaense, firma-se em bases sólidas se não excluir aqueles que, lavrando a terra, ajudam a construir a grandeza paranaense e brasileira.

Neste momento em que se anuncia a criação do Fundo de Desenvolvimento Agropecuário, embora tendo a lamentar que para criá-lo o Governador Álvaro Dias vá recorrer ao entulho autoritário que tanto condenou, isto é, à prática de decreto-lei, é preciso que a Assembléia Legislativa exorte Sua Excelência para que as medidas aplicadas em São João do Ivaí sejam extensivas agora a Paranacity e Cruzeiro do Sul, a fim de evitar-se que setenta pequenas propriedades rurais sejam levadas a leilão de praça, arrastando à falência homens que têm feito do seu trabalho um poderoso instrumento de ajuda ao progresso paranaense. Mas, também, é imperativo que se apele ao governante paranaense, a fim de que as medidas de proteção e ajuda aos pequenos produtores rurais não sejam circunscritas a determinadas regiões do Estado, pois o drama do endividamento é comum a todos os produtores paranaenses que se viram forçados a recorrer a créditos e financiamentos que, embutidos por essa loucura dos juros extorsivos, estão levando a nossa agricultura, que era forte, pujante e rica, à falência.

O BANCO DO ESTADO DO PARANÁ não pode ficar adstrito apenas a uma região, como ocorreu com São João do Ivaí, mas deve ampliar o programa de apoio do Governo Estadual a todos os municípios paranaenses. Caso contrário, estaria sendo criado um odioso privilégio nas negociações de dívidas, com prazos e juros compatíveis com a realidade da nossa agricultura.

Se realmente o Governador Álvaro Dias deseja ver implantado no País um novo Pacto Social, é preciso que ele dê o primeiro passo, assinando o pacto de apoio aos pequenos produtores rurais do Paraná. Será uma grande atitude de bom senso.

É chegada a hora dessa atitude.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PDS se fará uso de seu horário.

Ausente.

Estando ausente, consulto a Liderança do PTB.

Ausente.

Estando ausente, consulto a Liderança do PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Continuamos quase que diariamente a assistir ao vivo ou nas manchetes da imprensa a lamentável situação a que estão expostos todos aqueles que se arriscam a viajar pela rodovia Curitiba-Joinville, conhecida e denominada "rodovia da morte".

Iniciativas têm sido tomadas por parte da própria imprensa para alertar as autoridades quanto a perigo da rodovia, sem que providências efetivas sejam adotadas, preocupando as famílias cujos motoristas de caminhão em viagens, obrigam-se a utilizar-se do citado trecho. Há pouco, inclusive, a rodovia ficou fechada por algumas horas como sinal de protesto com o descaso das autoridades responsáveis à respeito da situação, sem que isso tivesse conseguido sensibilizá-las.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. No momento em que recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social sobram para o sonho de uma Ferrovia Norte-Sul, é hora de acordarmos o Governo Federal. Porque não utilizarmos parte desses recursos na recuperação de rodovias, como esta Curitiba - Joinville, que exige de imediato sua duplicação, o mesmo ocorrendo com outras rodovias deste Estado e deste País, cujas obras de melhorias que há muito pedem socorro? É incompreensível o descaso que se observa, pois as campanhas alertando as autoridades não conseguem sensibilizá-las para esse problema diário.

Falamos desse trecho Curitiba-Joinville, como poderíamos falar em parte da rodovia Curitiba-Foz do Iguaçu, toda esburacada, da BR-116 para Porto Alegre, ou de outras, com respeito as quais o Governo Federal tem responsabilidade para com nosso Estado. Não é mais possível aceitarmos pacificamente o mar de sangue que vem correndo nessas rodovias. Enquanto o Ministério dos Transportes, alegando sempre falta de recursos, empurra para o futuro soluções que poderiam ser aplicadas desde agora.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Através desta tribuna queremos formalizar um apelo a esta Casa, para que sejam encaminhados expedientes ao Ministério dos Transportes pedindo um pronunciamento definitivo. Não é possível mais aceitar pacificamente as desculpas de falta de recursos para obras urgentes, como as que exigem rodovias como a Curitiba-Joinville, quando sobram verbas capazes de alimentar um sonho como a da Ferrovia Norte-Sul. Ou

assumimos a quota de responsabilidade como Parlamentar que representa uma ponderável parcela da família paranaense pedindo tais providências, ou continuaremos assistir, diariamente, acidentes ou desastres que roubam preciosas vidas, além de prejuízos incalculáveis que se somam, interrompendo a própria marcha da produção que tanto esse País exige.

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Concederei aparte a Vossa Excelência com muita satisfação nobre Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Queria cumprimentar o nobre Deputado Ezequias Losso, e parece-me que este é um dia feliz para esta Casa, porque este Deputado já foi à tribuna e falou da segurança. Vossa Excelência usa a tribuna e fala da segurança, com muita propriedade, a respeito de um dos trechos dos mais perigosos que liga nosso Estado ao Estado de Santa Catarina, a BR-376. Este Deputado, quando ainda não militava na vida política, apenas na imprensa, apelidou aquele trecho de "corredor da morte", e até hoje é conhecido com essa denominação. Trecho de grande movimento que ainda não mereceu a sensibilidade de nossos governantes na tentativa da sua duplicação, que é importantíssimo.

Por isso queria cumprimentá-lo pela sua posição, do seu Partido, com a segurança daqueles que transitam pela BR-376. Parabéns!

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Agradeço o aparte do nobre Deputado Algaci Túlio, que tem sido um grande batalhador neste sentido também. E quero dizer, finalizando, em nome da Bancada e do Partido Liberal, repito, é hora desta Casa encaminhar expediente ao Ministério dos Transportes, para saber se no programa de obras rodoviárias deste Governo estão realmente previstos imediatos recursos, não apenas para novas rodovias, mas para recuperação daquelas como o trecho Curitiba-Joinville, que lamentavelmente já se adotou o título, como disse o nobre Deputado Algaci Túlio, de "corredor da morte".

É inadmissível que empurrem goela abaixo de nosso povo, a importância de uma Ferrovia Norte-Sul, que sequer tem estudo de viabilidade econômica, esquecendo-se as tragédias que se repetem diariamente no asfalto negro de rodovias como a Curitiba-Joinville.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo

a palavra à representação do PMDB.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, do PDT, concordo com o mesmo, porque o ilustre Deputado convive na área policial. Está por dentro do que acontece na Capital do Estado. Eu que vivo mais o interior do Paraná, o Norte do Paraná, o que eu acompanho da Capital do Estado, é através da "Tribuna do Paraná", do "Diário do Popular", da "Folha de Curitiba", o Jornal "O Estado do Paraná", "Correio de Notícias", a própria "Folha de Londrina", através da sua sucursal, "Jornal do Estado", mas estava pensando e refletindo sobre o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio.

Estou elaborando um projeto nesta Casa, através da nossa Comissão e estou encontrando dificuldades. Quantos Delegados "calça-curta" existem hoje no Paraná? O Deputado Antônio Costenaro Neto, telefonou-me outro dia de Jandaia do Sul, apavorado, pois o Banco do Brasil de Ortigueira tinha sido assaltado. Telefonei para Ortigueira e descobri que o Delegado saiu em perseguição aos bandidos em um táxi.

Dirigi-me à Secretaria de Segurança Pública, sabendo que receberíamos trezentas e trinta viaturas e pedi uma em nome do Deputado Antônio Costenaro Neto, em nome da nossa Comissão, para Ortigueira. Vamos ser atendidos, mas veio a preocupação: o delegado que trabalha em Ortigueira, não é delegado de carreira, e sim "calça-curta". Ele não recebe um tostão do Governo do Estado. Agora, pergunto aos Senhores, se na perseguição morre o motorista do táxi, quem é que vai pagar o direito do motorista? Se na perseguição morre o delegado "calça-curta", quem vai responsabilizar-se? Pergunto aos Senhores deste Parlamento, quem é que vai pagar a comida, os direitos da família desse delegado, que não recebe nada do Governo, não é contratado pelo Governo, não recebe absolutamente nada?

Quantos delegados que não são concursados, que são nomeados para distritos da zona rural, sem viaturas? Quantos delegados do Paraná e da Nação brasileira não recebem um tostão do Governo, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, e até mesmo do Paraná?

Delegados que estão sem viaturas e lembro aos Senhores está aqui o Deputado Nelson Vasconcellos - da tragédia da BR-369 que apresentei hoje na televisão. Vejam bem os Senhores: um cigano matou a Ângela, esposa do diretor do Iate Clube, matou o Silvinho de nove anos, meteu três

balaios no Sílvia, representante da Rhodia. O delegado de Uraí não tinha viatura, não tinha nada para perseguir o cigano. Nada! Nada! Está aqui o depoimento do Deputado Nelson Vasconcellos. Precisamos contar com o apoio de outras cidades para obter até as armas que não tínhamos.

Existem no meu Estado centenas de delegados "calças-curtas", com todo o respeito que tenho por eles. Não ganham nada, absolutamente nada. Estou pretendendo elaborar um projeto para que esses delegados da zona rural, que às vezes também não têm viaturas, que têm que correr atrás dos criminosos num táxi, como em Tamarana, um Distrito da minha cidade.

Está aí o ex-Prefeito Antônio Belinati que sabe disso, e é um testemunho da verdade, pois, às vezes se precisa pegar um táxi para correr atrás de bandidos que estão lá para assaltar a agência do Banco Bamerindus. E assim também aconteceu em outros municípios do Paraná.

E agora conversei com o Governador Álvaro Dias. Enviei-lhe uma série de sugestões, para que ele se preocupasse com esses problemas por que passa o Estado, e ele está analisando. E é por isso que a Comissão de Segurança desta Casa, tanto eu como o Deputado Algaci Túlio, Deputado Alexandre Ceranto, Deputado Antônio Costenaro Neto, Deputado Sabino Campos, Deputados que integram a nossa Comissão, iríamos hoje apresentar um requerimento. Vamos retirá-lo e convocaremos o Secretário da Segurança para que, numa sala desta Casa, a Comissão se reúna, a fim de trocar idéias, levar subsídios, mostrar a realidade do que precisamos fazer no Paraná. Como este Projeto, também quero apresentar ao Paraná, para tentar junto ao Governador Álvaro Dias solucionar o problema dos delegados "calça-curta" do Estado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado, Vossa Excelência levanta nesta tribuna um assunto de grande importância para o Paraná. Mas, gostaria - se não me falha a memória - de dizer a Vossa Excelência que me parece existir, de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, um projeto que foi implantado pelo Governo do PMDB no Paraná, em que os delegados leigos recebem um salário, evidentemente só nos lugares, nos municípios que forem comarcas.

Posso adiantar a Vossa Excelência que nos municípios que não são sede de comarca, há autonomia na nomeação do delegado leigo e que percebiam um salário, se não me falha a memória, antes do disparo do gatilho...

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Na minha

região, não.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Isto é Paraná, ilustre Deputado.

Este é um projeto a nível de Estado, mas posso lhe afirmar que antes do disparo do gatilho, inclusive o salário era Cz\$ 4.800,00 e agora, segundo informação do Líder, já está em seis mil e poucos cruzados. Existe o projeto. Acho que Vossa Excelência deveria encaminhar o pedido, de remuneração desses delegados à Secretaria.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Estou com o projeto do Deputado Anibal Khury, e analisando-o. Mas tem vários municípios do Paraná não abrangidos pelo Projeto, pois recentemente recebi no meu gabinete, mais de cento e trinta e oito assinaturas num abaixo-assinado, reclamando da situação.

Existe esse projeto, concordo com Vossa Excelência, mas existem delegados "calça-curta" que não recebem do Governo do Estado.

O Sr. Dirceu Manfrinato - É uma questão de legalização. Só gostaria de lembrar a Vossa Excelência que isso foi implantado no Governo José Richa, através do Projeto do Deputado Anibal Khury.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Respeito o projeto do Deputado Anibal Khury, e estou analisando-o. Mas, não são todos que recebem, Deputado. A lei é para todos, por isso que eu estou analisando. Temos uma série de leis neste País que não são obedecidas. Agora, existem centenas de delegados "calça-curta" neste Paraná que não recebem para trabalhar, perseguir bandidos e procurá-los. Isso eu provo.

Há um distrito numa cidade do Paraná que o delegado, quando prende o bandido, tem que levá-lo para dentro da sua casa, algemando na cama e dormir ao seu lado.

São coisas que acontecem no Paraná, que já filmei e já mostrei na televisão, inclusive. Mas, estou fazendo uma série de sugestões, e a nossa Comissão está estudando, sabendo do Projeto de Lei do Deputado Anibal Khury, e o respeito. Fui discutir com Sua Excelência, mas existe uma série de outros municípios do Paraná em que o delegado "calça-curta" não recebe um tostão.

Então a minha preocupação é adicionar ao projeto do Deputado Anibal Khury, as idéias da nossa Comissão, tentar solucionar de imediato o problema dos delegados "calça-curta" do Estado do Paraná.

Muito obrigado pela paciência e pelos minutos a mais que Vossa Excelência me cedeu, ilustre Presidente desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 222/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Jornalista Walmor Macarini. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 225/86, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO VIKING", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 234/86, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO ÀS MÃES NO SETOR PRIVADO DE JARDIM OLINDA", com sede do mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 263/86, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA" de Ribeirão do Pinhal, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal e Comarca de mesmo nome. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 283/86, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a Senhora MARIA DAS DORES WOUK. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 284/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a "SOCIEDADE CIVIL CATIMBÓ DE PAI GEREMIAS", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 286/86, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública Estadual o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE MARINGÁ, com sede e foro na Cidade de Maringá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 012/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a "TENDA ESPIRITUALISTA FILHOS DE UMBANDA", conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 014/87, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a S.E.R. - SOCIEDADE ESPÍRITA RENASCIMENTO, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 24/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FEDERAÇÃO DE ENTIDADES DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PARANÁ, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 28/87, de autoria da Deputada IRONDI PUGLIESI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, MENORES E EDUCADORES-APME, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 36/87, de autoria do Deputado PAULINO JOSÉ DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO PARANÁ, com sede na Cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 37/87, de autoria do Deputado ACYR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a CASA LATINO-AMERICANA- CASLA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 43/87, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS DA VILA SANTA TEREZINHA, com sede e foro no Município de Paraíso do Norte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 159/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ

COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DO EXCEPCIONAL DE PONTA GROSSA, com sede no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 75/86, de 04.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 159/86

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO ARTESANAL DO EXCEPCIONAL DE PONTA GROSSA", com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Analisando-se a matéria, através da documentação a ela anexada, temos que a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche os requisitos essenciais previstos na Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, reguladora do Instituto da Utilidade Pública em nosso Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 180/86, de autoria do Deputado ANTÔNIO BELINATI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ-A.S.F.T.R.E.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 83/86 de 18.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 180/86

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Antônio Belinati, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ - ASFTRE.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua normal tramitação pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 049/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade

Pública a AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO DA PARÓQUIA SANT'ANA, com sede e foro na Cidade de Laranjeiras do Sul-Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n.38, de 27.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 049/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VICENTE DE PAULO DA PARÓQUIA DE SANT'ANA", com sede e foro na Cidade de Laranjeiras do Sul.

A documentação que acompanha o referido Projeto de Lei, corresponde perfeitamente às exigências pertinentes à legislação reguladora da matéria em pauta.

O Plano de Lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 051/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública o CENTRO ESPÍRITA MENSAGEIROS DA PAZ, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n. 39, de 28.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 051/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado João Arruda, o presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "CENTRO ESPÍRITA MENSAGEIROS DA PAZ", com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão.

A documentação que acompanha o referido Projeto de Lei, corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

A iniciativa é pertinente sob o aspecto constitucional e a matéria está de acordo com o Regimento Interno da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA
Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Albano Meurer, ocorrido na localidade de Chapada do Jordão, Município de Guarapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando a reinclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 18/87, oriundo da Mensagem Governamental n. 25/87. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor João Carlos Finardi, pela sua eleição como Presidente da ASBACE - Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo seja solucionada a situação dos Núcleos Sociais do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a doação de dois veículos a serem destinados à Delegacia de Polícia do Município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Habitação, encarecendo a construção de cinquenta unidades habitacionais através do sistema mutirão, no Município de Rio Bom. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a elevação da Delegacia de Polícia para Delegacia Regional ou Subdivisão Policial no Município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo a elevação da Compa-

nhia de Polícia para Batalhão de Polícia, no Município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor pela passagem do "Dia dos Trabalhadores Rurais Brasileiros". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, encarecendo informações de qual o número de unidades residenciais a serem construídas, onde se localizará o Conjunto Habitacional e em que data efetivar-se-á a entrega dos apartamentos, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à jovem violinista paranaense Simone Ritzmann Savvitsky, pela sua aprovação no recital de aceitação do Curso de Mestrado de Música na Universidade Norte-Americana de Illinois. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a execução de um trabalho de pesquisa histórica, com base nos anais desta Casa e no Arquivo Público do Paraná, para respaldar e preparar caminhos quanto aos trabalhos da Comissão de Reforma da Constituição. Será encaminhado à Comissão Executiva.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apreço aos pesquisadores paranistas Túlio Vargas e Maria de Lurdes M. Chaves, pela publicação do livro "Sérgio de Castro", Presidente da Constituinte Republicana de 1892, do Paraná". Aprovado - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos anais da Casa do Documento "Em tempo de Marajás - Ferrovias de Fari-seus", elaborado pela Federação do Comércio do Paraná. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo auxílio financeiro para a Creche "Pingo de Gente", no Município de Campo Mourão. Aprovado. - À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor a Sra. Presidente da PROVOPAR - Ação Social, pela forma eficiente e louvável com que vem conduzindo a Campanha do Agasalho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Sra. Presidente da PROVOPAR, encarecendo auxílio financeiro para o Albergue Noturno "Santa Amélia" no município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Belinati e Pedro Tonelli, na qualidade de Líderes do PDT e PT, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Educação, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e Administração, encarecendo o ensino público e gratuito nas Universidades dos municípios de Maringá, Ponta Grossa, Londrina e Oeste do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Planejamento, encarecendo a implantação de minipresídios no Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo, sejam estendidos aos microempresários paranaenses os mesmos benefícios concedidos aos pequenos produtores rurais quanto ao pagamento dos empréstimos contraídos durante a vigência do Plano Cruzado, no âmbito do Banco do Estado do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do "Dia da Indústria e do Industrial". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que seja considerado lido o pronunciamento em anexo, e registrado nos Anais desta Casa, alusivo ao Relatório Geral do IV Congresso Nacional das Associações Comerciais, realizado nos dias 26 a 28 de abril do corrente ano, em Brasília. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente

de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Assembléia Nacional Constituinte, expressando apoio desta Casa, ao direito de aposentadoria especial ao Trabalhador Rural. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor ao Sr. Theodoro Hubner Filho, pelo relevante trabalho que vem realizando no setor industrial. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Deputados Constituintes Dionísio Dal Prá, Iósio Antônio Ueno e Alcení Guerra, encarecendo que enviem esforços no sentido de inserir no texto da Carta Magna, a proposta em forma de anteprojeto de lei, dos empresários brasileiros. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações pela passagem do 13.º aniversário do Jornal "O Bravo", no município de Castro. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a ampliação do Prédio da Escola Estadual Narciso Mendes - Ensino de 1.º Grau, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, transmitindo a solidariedade desta Casa à iniciativa do Prefeito Municipal de Mandirituba, na proposição de que neste Município, seja instalada sede de Comarca. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Esportes do Estado do Pr, encarecendo a construção de uma quadra de esportes na localidade de PIO X, município de Salto do Lontra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR encarecendo a implantação de um posto telefônico, na localidade de PIO X, município de Salto do Lontra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, e ao Sr. Ministro da Reforma Agrária, viabilizando urgência na conclusão da perícia na Fazenda Solidor, no município de Quedas do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, viabilizando abastecer de água, via SANEPAR, o Distrito de Boa Esperança do Iguaçu, município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a reconstrução da camada asfáltica da BR-281, no trecho que liga o perímetro urbano de Dois Vizinhos à ponte sobre o rio do mesmo nome, via São Jorge D'Oeste. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando a construção de camada asfáltica ligando a BR-281 ao Núcleo Habitacional do município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a construção do Parque de Exposições, no município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação, encarecendo a construção de quatro estabelecimentos de Ensino Rural Municipal, no município de Dois Vizinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Jornalista Jânio de Freitas, pelo ato de ter denunciado imoralidade na licitação da construção da Ferrovia Norte-Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento

de Arquivo Público, encarecendo informações sobre denúncias feitas por pesquisadores que frequentam aquela repartição. Em discussão. Em Votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Amélia Hruschka e Algaci Túlio, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado das Finanças, encarecendo seu comparecimento a esta Casa, para prestar informações sobre assuntos relacionados à sua pasta. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Federação das Indústrias do Estado do Paraná e ao Conselho Regional do SESI, no Paraná, pelas programações alusivas ao transcurso da "Semana da Indústria". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, com apoio do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Sr. Afonso Alves de Camargo Neto, pela sua atuação da defesa dos interesses dos brasileiros contra a Ferrovia Norte-Sul, no debate realizado pela Rede Bandeirantes de Televisão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Instituto de Terras, Cartografias e Florestas ITCF, encarecendo a criação de um núcleo do Instituto no município de Cianorte. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à nova diretoria da Pró-Música de Curitiba pelo concerto realizado nesta Capital, pelo Quarteto Takacs, da República Popular da Hungria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à professora Bianca Bianchi pela passagem dos seus 80 anos de vida, bem como pela sua dedicação à música nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, da redação do texto "Cidade Industrial de Curitiba, um esforço histórico". Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Pedro Tonelli, Antônio Belinati, Basílio Zanusso e Ezequias Losso, na qualidade de Líderes das Bancadas do PT, PDT, PFL e PL, respectivamente, constante do expediente de sessão anterior, os quais solicitam a constituição de uma comissão interpartidária, nesta Assembléia Legislativa, para, em conjunto com os representantes da comunidade universitária paranaense e com representantes do Poder Executivo, discutir e aprofundar a política educacional universitária paranaense. Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo do mesmo uma melhor atenção ao efetuar os pronunciamentos, previamente elaborados por sua equipe, para evitar o vexame do seu último discurso, feito na reunião da CODESUL. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a construção de uma pequena Delegacia de Polícia com todas as dependências necessárias para os policiais em serviço, bem como um cubículo para os detentos, e um veículo para transporte dos mesmos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um posto de saúde e gabinete odontológico, com todo o material necessário, no Distrito de Palmeirinha, município de Guaruapuava. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a inclusão no Programa Rodovias Rurais, a pavimentação

asfáltica do trecho ligando Guaíra ao Distrito de Oliveira Castro, passando por Vila São Domingos e Cruzeirozinho, município de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a designação de um delegado especial, ou de uma comissão especial, para apurar os fatos ocorridos na Delegacia de Polícia de Guaíra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a implantação de postos telefônicos nas localidades de São Pedro, linha Bandeirantes e São Sebastião, município de Missal. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a conclusão das obras de pavimentação asfáltica da Rua João Ribeiro Fonseca, no município de Ipiranga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos jornalistas Mussa José Assis e Carlos Marassi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada "A Ferrovia e o Estado do Iguaçu", publicado no Jornal "Gazeta do Povo". Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, para que determine ao DER a restauração nos trechos entre Palmeirinha e Três Pinheiros - Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento do Paraná, e ao Diretor de Crédito do Banco do Brasil, encarecendo a pronta liberação dos recursos para o auxílio colheita, da safra de café de 1987. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Lindolfo Júnior, Ferrari Júnior, e subscrito por demais Senhores Deputados, constante do expediente, solicitando que o

Teatro Municipal de Maringá não seja construído no Bosque 2 (Av. Itororó). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Presidente da PROVOPAR, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, viabilizando o fornecimento de hum mil cobertores para as pessoas carentes do município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo que o mesmo determine ao Grupo de Trabalho, instituído pelo Decreto n. 5064/85, de 12 de março de 1985, a apresentação do relatório sobre a situação higiênico-sanitária do abate, industrialização e comercialização de carne e derivados do Paraná. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor da SURHEMA, encarecendo estudos para sanar o problema de enchentes no município de São José dos Pinhais. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, viabilizando o recapeamento asfáltico da PR-317, no trecho Alto Piquiri ao Distrito de Brasilândia. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da Avenida Salgado Filho, Parte Sul, no município de Dois Vizinhos. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado das Finanças, viabilizando a suplementação de verba para a Secretaria da Justiça do Paraná, para custear convênio com a Fundação de Ensino Superior do município de Pato Branco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a criação de limites à especulação de intermediários na comercialização dos produtos agrícolas, principalmente no caso da batata. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja considerado lido, o pronunciamento em anexo, relativo ao "Dia da Indústria". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de dois aparelhos telefônicos públicos no Distrito de Cafetal, município de Iporã. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a liberação de verba para a construção de uma casa destinada a moradia do Juiz e Promotor da Comarca de Capanema. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente da República, Ministros da Fazenda e do Planejamento, com cópia da "Carta Aberta às Autoridades", da classe empresarial do município de Ponta Grossa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Superintendente do IPE, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração, encarecendo informações a respeito dos critérios adotados na distribuição de unidades residenciais nos blocos de apartamentos em construção no Município de Maringá. **Em discussão. Em votação.**

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando proposição visando melhorias no setor de segurança pública. **Em discussão. Em votação.**

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encaminhando sugestões para desativar delegacias de polícia desta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações ao Senhor Secretário da Educação, pela sua decisão determinando levantamento da intervenção, no Colégio Estadual do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarrecendo prioridade para a duplicação da Rodovia Curitiba-Joinville. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Algaci Túlio, na qualidade de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Comissão de Segurança Pública, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo seu comparecimento a esta Casa para prestar informações sobre diversos assuntos ligados à área de segurança do Estado. - Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Cônsul do Paraguai, no Paraná, consubstanciado em voto de repúdio pelo seu comportamento reprovável, ameaçando a Jornalista do Jornal "Folha de Londrina". Indeferido, por se tratar de matéria que envolve assuntos diplomáticos com países que mantêm relações de amizade e comércio com o Brasil.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do texto do Doutor René Ariel Dotti, intitulado "A Lição do Teatro Dadá". Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Senhores Wilson Martins e Dalton Trevisan, pela publicação, em Nápoles, de "Ensaio sobre a Literatura Brasileira", e pela menção na obra. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a remessa a esta

Casa das conclusões da Comissão de Inquérito sobre a deterioração de merenda escolar. Em votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Eu peço a leitura do inteiro teor deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede à leitura do requerimento do Senhor Basílio Zanusso.

Matéria vencida. Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência convida os Senhores Deputados, Funcionários e Jornalistas, para participarem da 19.^a Romaria em Louvor a Nossa Senhora de Guadalupe, na próxima sexta-feira, dia 29, nos estúdios da Rádio Colombo do Paraná. É uma iniciativa do nobre Deputado Constituinte Ervin Bonkowski, o qual sempre fez este convite, nos termos anteriores, quando Deputado Estadual.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 159 e 180/86 e 49 e 51/87.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 64/86 e 18/87.

Marca ainda, para quinta-feira, dia 28, às 10:00 horas, uma sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17/87.

Marca ainda, uma sessão extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n. 41, 60, 96, 110, 139, 166, 192 e 213/86 e 11/87.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 1987.

"EM TEMPO DE MARAJÁS,
FERROVIAS DE FARISEUS".

"O Governo Federal anuncia para o dia 1.º de junho próximo o início das obras das ferrovias Norte-Sul e Leste-Oeste. A primeira, ligando Brasília a Imperatriz, no Maranhão, terá 1600 quilômetros; a segunda, ligará Vitória (Espírito Santo) a Vilhena (Rondônia) e terá 1500 quilômetros. Os custos dos dois projetos, conforme as estimativas iniciais, atingem US\$ 2,4 milhões ou Cz\$ 40 bilhões, valores que serão investidos nos próximos dois anos (prazo para a conclusão da obra), pela VALEC - Engenharia e Construções Ltda., empresa que pertencia à Cia. Vale do Rio Doce e que em janeiro do corrente ano foi adjudicada ao Ministério dos Transportes. Os recursos para a construção das duas ferrovias, na parte que caberá ao setor público, serão provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento e por intermédio da compra de ações no que tange à iniciativa privada. A data prevista para o início de operação das duas ferrovias é fevereiro de 1990 (ainda sob a égide do Presidente Sarney, se o mandato for de seis anos) e de acordo com as autoridades governamentais, após oito anos da sua inauguração, as ferrovias estarão transportando 15 milhões de toneladas/ano de carga.

Abruptamente, o Governo deu divulgação desses dois projetos e com uma invejável riqueza de detalhes. De repente, o setor público surge empunhando estudos, previsão de despesas, definição de empresas executantes, data de inauguração e até volume de carga a ser transportada em 1998. Não se questiona aqui a conveniência de obras ferroviárias no território nacional, mormente sabendo que os custos operacionais são bem inferiores ao dos transportes rodoviários, predominantes no cenário nacional. O que se questiona é a forma sub-reptícia ou afrontosa (uma ou outra podem se adequar, é uma questão de estilo), ao arripio de discussão no Congresso Nacional ou entidades e órgãos representativos dos mais diversos segmentos da comunidade, como foram dados ao conhecimento público as novas prioridades federais. Num ambiente povoado de tantas e urgentes necessidades: saúde preventiva, educação, habitação, armazéns para abrigar a maior safra agrícola de nossa história econômica, problemas de desemprego proliferando, inadequação da estrutura de segurança pública, saneamento, enfim, uma constelação de dificuldades prementes a imperar sobre a economia, vem o setor público com posições já definidas e comprometimentos assumidos.

Enquanto isso, o Paraná, que há anos vem solicitando junto ao Governo Federal apoio para construção da "Ferrovia da Produção" com pouco mais de 300 quilômetros, estendendo os trilhos de Guarapuava até as barrancas do rio Paraná, continua ausente

das prioridades da União. A "Ferrovia da Produção", sem dúvida alguma será uma obra importantíssima não só para o Paraná, mas também para outras áreas: ela exercerá um efeito aglutinador em relação ao Paraguai, norte da Argentina, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e norte de Santa Catarina, facilitando a confluência rumo ao Porto de Paranaguá, pólo de exportação do cone sul da América Latina.

As reivindicações paranaenses junto ao Governo Federal, no que se refere à "Ferrovia da Produção", ao que parece, muito se assemelha a um diálogo com fariseus. Os fariseus eram membros de uma seita judaica que aparentavam uma santidade exterior, mas não a possuíam. Eram os hipócritas, fingidos, teimavam em aparentar virtudes e qualidades das quais era desprovidos. A Bíblia relata que Jesus teve entre os fariseus seus maiores adversários, apesar de contar entre os discípulos e amigos alguns de origem farisaica: Nicodemos, Simão - o Fariseu e José de Arimatéia. Nos dias atuais, o termo fariseu passou a designar pessoas que adotam uma postura hipócrita, fingida.

Lamentavelmente, parece que o Paraná vinha mantendo um diálogo com fariseus: às solicitações paranaenses, aparentavam ouvir; aos recursos solicitados prometiam atenção; às prioridades apresentadas, indicavam um encaminhamento. Aos míseros 300 quilômetros reivindicados pelo Paraná, pouco menos de 10% do total das ferrovias Norte Sul e Leste-Oeste, a resposta obtida foi que dentro de alguns dias, mais uma obra do século terá início sob o patrocínio do Governo Federal: a Norte-Sul e a Leste-Oeste.

Enquanto isso, o Estado maior produtor de grãos do País, um dos cinco maiores contribuintes da União em termos de tributos federais arrecadados no respectivo território, continua a esperar. Agregando-se a esse farisaísmo do Governo Federal com o Paraná, questões como os royalties de Itaipu, a indenização pelas terras férteis alagadas por hidrelétricas, pontos turísticos destruídos (Sete Quedas), constatamos que o Paraná tem muito a receber do Governo Federal.

Governo que numa atitude farisaica, dá as costas ao Paraná, quando anuncia a construção de uma "Ferrovia dos Fariseus".

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 1987.

"CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA"

Heron Arzua.

"1. A Cidade Industrial de Curitiba foi desde os primórdios um programa do Go-

verno do Paraná. No fim da década de sessenta, o documento "Diagnósticos e Diretrizes de Ação", de índole estadual, propugnava um rápido desenvolvimento econômico para o Estado, por via da modernização do parque industrial, com a realocação das empresas no território e a implantação de pólos industriais. Requeria-se um conglomerado manufatureiro complementar ao complexo petroquímico de Araucária.

2. Estudos procedidos pelo Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná (BADEP) sugeriram a imediata conjugação de esforços entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Curitiba, com o objetivo de fixar prioridades e definir a infra-estrutura das denominadas zonas industriais do Barigui. O trabalho recomendava também a concessão de incentivos fiscais para novas unidades fabris e para as já existentes que viessem a se fixar na mencionada área. (V. "Anais da I Conferência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba", publ. da Associação Comercial do Paraná, novembro de 1971).

3. Em função dessa orientação - que apontava a região metropolitana de Curitiba como pólo indutor da industrialização do Estado - o município de Curitiba deu a lume a Lei 4.471, de 27 de dezembro de 1972, dispondo sobre estímulos à industrialização de Curitiba.

4. Além dos serviços de infra-estrutura física que ofertava, o principal impulso da Lei 4.471, consistia na devolução de até a quantia equivalente à parcela municipal do ICM pago pela empresa.

5. E o Governo do Paraná, por Convênio firmado a 19 de janeiro de 1973, com o Município de Curitiba, ofereceu o indispensável apoio para o início efetivo da industrialização do polo de Curitiba, envolvendo inúmeros órgãos da Administração Estadual (COPEL, SANEPAR, TELEPAR, BADEP, BRDE e CONGLOMERADO FINANCEIRO BANESTADO). O Estado deu partida à Cidade Industrial de Curitiba, utilizando a Prefeitura de Curitiba, por intermédio da Companhia Urbanizadora de Curitiba (URBS), como responsável e coordenadora do Programa de Industrialização da Região (Convênio assinado pelo Governador Parigot de Souza).

6. Além de determinar as obrigações de cada entidade da Administração do Estado na realização da Cidade Industrial de Curitiba, o Convênio atribuiu ao CONGLOMERADO BANESTADO, não só a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e financeira, visando a implantação da infra-estrutura necessária à instalação de indústrias, mas também a execução de investimentos em obras dessa natureza, inclusive apoio financeiro aos grupos empresariais interessados em investir na Cidade Industrial de Curitiba.

7. À Prefeitura se atribuía tão-só três providências:

a) elaborar projetos de urbanização de terraplanagem e de pavimentação dos acessos à Cidade;

b) liberação imediata das terras declaradas de utilidade pública destinadas à infra-estrutura da Cidade, e,

c) fazer cumprir a lei de incentivos fiscais.

8. Na mesma data do convênio, o Prefeito de Curitiba declarava de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da URBS, os bens imóveis situados na área compreendida pela Cidade Industrial de Curitiba (Decreto n. 30, de 19.01.73).

9. Em decorrência, foram firmados protocolos com as sete primeiras empresas que se instalaram na Cidade Industrial de Curitiba, a saber: Philip Morris, Gronau, Siemens, Carbonafrá, Metalnobre, Classe e Isdra. Aludidos acordos (1973 e 1974), estabeleciam os incentivos de natureza física e financeira, sendo referendados pelo Governador Parigot de Souza e pelos Secretários de Estado da Fazenda e do Planejamento e pelo Presidente do BADEP.

10. O instrumento básico para o fomento das atividades industriais no Município, além dos serviços de infra-estrutura, era a outorga de benefícios financeiros, traduzida pela devolução de parte do ICM, recolhido pela empresa. Tendo à época surgido profunda controvérsia entre as empresas e a Fazenda da Prefeitura quanto à forma de se calcular o quantum a ser devolvido - o Município postulava cálculo mais conservador, a solução veio pelo Parecer AE-14-77 da Assessoria Econômica da Secretaria da Fazenda do Paraná, que atendeu às reivindicações das empresas. O critério assim estabelecido somente foi aceito pela prefeitura de Curitiba porque o Governo do Estado assumiu expressamente a responsabilidade pelo pagamento dos incentivos fiscais.

11. Com efeito, com a assinatura de novo Convênio com o Município de Curitiba um projeto de sua iniciativa, alocando recursos do orçamento do Estado, mediante dotação diretamente à URBS. Tais recursos - da ordem de cento e sessenta milhões de cruzeiros - destinaram-se não só ao pagamento dos estímulos fiscais, como para utilização em amortização de encargos financeiros decorrentes de investimentos anteriormente realizados em obras viárias e desapropriação de bens imóveis da Cidade Industrial. (Governo Canet Júnior).

12. Cabe averbar nesta passagem que tais repasses, apesar do compromisso formal do Governo do Paraná, foram totalmente suspensos a partir de 1980. (Governo Ney Braga).

13. Novo ato do Governo do Estado desnuda o fato de a Cidade Industrial ser programa do Governo do Paraná. É que a renovação de utilidade pública, para fins de desapropriação, das terras da Cidade veio por intermédio do Decreto Estadual n. 4.575, de 31 de janeiro de 1978. Significa isso deverem as desapropriações das áreas a partir dessa data correr por conta do Estado. Como se anotou, o compromisso só foi cumprido até o fim do Governo Canet.

14. Outro evento importante, na cronologia dos acontecimentos, foi a cisão da URES, com o surgimento da CIC S.A., sociedade de economia mista do Município. Essa operação foi realizada por indução da Secretaria da Indústria e Comércio do Governo do Paraná, com o propósito de ficarem as atividades específicas do programa de industrialização isoladas das tarefas de urbanização, com o objetivo final da passagem da Companhia recém-formada para a órbita da Administração Estadual.

15. Posteriormente, o Governo do Paraná mais uma vez reconhece sua condição de tutor da industrialização de Curitiba, ao firmar novo Convênio com o Município (13.05.82). Indigitado acordo destinava recursos à CIC S.A., a partir de 1983, de até trinta por cento do valor da arrecadação do ICM gerado no exercício imediatamente anterior, pelas empresas situadas na Cidade Industrial. A finalidade específica da verba era para utilização em amortizações de empréstimos e financiamentos, pagamentos de desapropriações de áreas e manutenção de obras de infra-estrutura viária na Cidade Industrial de Curitiba.

16. Esse Convênio, inobstante aprovado pela Assembléia Legislativa do Paraná (Governo José Richa), nunca chegou a ser cumprido pelo Governo do Paraná.

A DÍVIDA

17. Como é sensível, para o desenvolvimento de um programa dessa envergadura, mister se fez a alocação de recursos em tempo curto e em valor muito superior à capacidade de investimento do Município e mesmo do Estado. À míngua de recursos próprios, o Poder Público recorreu ao sistema financeiro nacional e principalmente do exterior.

18. Buscou-se, então, junto aos bancos oficiais e privados, em contratos de financiamentos efetivados em moeda nacional e estrangeira, o dinheiro imprescindível às obras de preparo e manutenção da infra-estrutura da Cidade Industrial. Com a garantia do BANESTADO, BADEP e BRDE, a URES assumiu a condição de mutuária do sistema, tendo a Prefeitura, em contrapartida oferecido garantia subsidiária àquelas instituições, consistente na outorga de procura-

ções para recebimento da quota municipal do imposto estadual (ICM), em caso de inadimplência.

19. Naquela oportunidade, previa-se, como fonte de recurso para cobrir os empréstimos efetuados, a venda das áreas urbanizadas da Cidade Industrial e o ICM advindo do funcionamento das novas indústrias. De logo, a venda das terras se mostrou insuficiente. O fato de ter entrado a economia nacional num profundo processo recessivo e a ocorrência de uma máxidesvalorização do cruzeiro - penalizando em especial a Cidade Industrial, cuja base de financiamento maior se traduzira em moeda estrangeira - foram fatores de insucesso da primeira fonte de recurso imaginada.

20. O Estado do Paraná, com a exceção do Governo Canet Jr., também não cumpriu inteiramente com os seus compromissos com a Prefeitura de Curitiba. Embora tenha transferido significativos recursos para o Município, mormente para fazer frente aos incentivos fiscais assumidos com as empresas que se instalaram na Cidade Industrial e algumas obras de infra-estruturas, as verbas repassadas a Curitiba sempre foram diminutas, se comparadas com os valores arrecadados pelo Estado a rubrica de ICM.

21. Averte-se que o Estado e a União são os grandes beneficiários da implantação da Cidade Industrial de Curitiba. É que os principais tributos indiretos do nosso sistema fiscal sobre o processo industrial são o imposto sobre produtos industrializados, de competência federal, e o imposto estadual de circulação de mercadorias. O produto desses dois impostos, através dos anos de existência da Cidade Industrial, daria para pagar, com sobras, a dívida. Não é de se desprezar igualmente o patrimônio imobiliário da CIC S.A., constituída pelos imóveis e benfeitorias da área, que muito pode ajudar o pagamento do débito contraído.

22. Até junho de 1985, a Cidade Industrial tinha gerado cem mil empregos (diretos e indiretos) com cerca de 200 indústrias em funcionamento.

23. Incompreensível, pois, da ótica técnica, o veto que o atual Governador do Paraná após ao projeto de lei aprovado na Assembléia Legislativa do Estado, no sentido de encampação da dívida da Cidade Industrial pelo Estado."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO BÁRBARA, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MAIO DE 1987.

"A FERROVIA E O ESTADO DO IGUAÇU"

"Gazeta do Povo assume posição contrária à idéia da criação do Estado do Igua-

cu. Ainda mais quando está posta por algumas lideranças do Oeste do Paraná como representativa à não construção da "Ferrovia da Produção". Entendemos que a obra - antes de ser ponto de reivindicação de uma parte da gente paranaense numa região - é um pleito que nos deve unir a todos, já que envolve os interesses de nossa coletividade.

Na linha de coerência histórica que nos fez combater o Território do Iguaçu, então implantado ou pretensões regionalistas que visavam à institucionalização do Estado do Paranaapanema, entendemos que há um dever paranista - desde os primórdios das lutas que nos levaram, em 1853, à criação do Estado do Paraná, via nossa manumissão conseguida de São Paulo - que precisa ser considerado. Uma das mais novas estrelas da Federação nacional, conseguimos, neste meio século, alguns milagres políticos que argamassaram a unidade estadual. Nos idos de 40, quando nos esgotávamos no Tibagi ou Guarapuava, então se poderia compreender - até ainda remotamente pensar - em um território como o Iguaçu, objetivando a populacionar uma área do Estado lindeira à Argentina e Paraguai. Ademais, não existiam vias de penetração através de malha rodoferroviária e de aeroportos. Não tínhamos, na parte oeste, hidrelétricas e nem sistemas modernos de comunicações. A vida paranaense, nas suas multifaces econômicas, financeiras, sociais, culturais ou políticas, não se fazia presente no Oeste, então sem voz, então sem palavra, então sem líderes regionais. Embora tudo isto, compreendendo a relevância da herança dos que forjaram o Estado do Paraná, quando nos independemos de São Paulo, lutamos contra o implantado Território do Iguaçu. E ergueram-se vozes como as de Bento Munhoz da Rocha Netto, Othon Maeder, Erasto Gaertner, Lauro Sodré Lopes, figuras que são basilares na história do amor ao Paraná que recebemos como fruto das lutas heróicas para que deixassem de ser 5.^a Comarca. Conseguimos, finalmente, pela verticalização de vozes paranistas, na outrora Capital da República, que se extinguisse o território, sempre entendido por nós como um agravo à unidade territorial, ao patrimônio comum de combates cívicos, à consciência da maioria de todos nós que desejamos o Paraná não ferido pelos estilhaços de um combate de sentido regional.

As pretensões - e não passaram dessa margem - de alguns líderes do setentrião do Estado foram feitas a um tempo no sentido da criação do Estado do Paranaapanema. Um complexo de circunstâncias, desde excesso de atenções à Capital, passando pela carência de uma efetiva malha rodoferroviária, até preterições político-econômi-

cas em relação à cafeicultura, somadamente às desmedidas ambições de quem não tinha sentido da história do Paraná forjaram, apressada e precipitadamente, a idéia da estruturação de um novo Estado dentro da vida paranaense.

Repetem-se, agora - sem motivos de uma consistência convincente - um novo projeto separatista, via Estado do Iguaçu. O movimento tem raízes de tempo, com suas origens, talvez, no próprio território que, então, se criou. As razões que poderiam justificar esse gesto de separação, porém, pecam contra o próprio Paraná que, em uníssono, está lutando para que tenhamos essa "Ferrovia da Produção". Desde o governador Álvaro Dias, passando-se pelos nossos políticos - quaisquer que sejam seus quadrantes regionais - alcançando-se o empresariado, as lideranças intelectuais, os veículos de comunicação, todos estamos conagrados em torno desse propósito. Não é, portanto, um ponto de lutas exclusivas dos paranaenses do Oeste, mas dos paranaenses em geral que estão vivendo, empolgadamente, às vésperas da imensa possibilidade de termos esse empreendimento ferroviário que beneficiará em última análise mais ao país.

Atente-se, por exemplo, pela luta que a gente de Londrina está fazendo. Posicionaram-se, através de coleta de assinaturas nas ruas da "Capital do Café", contra a "Norte-Sul".

Não se pode esquecer, no leque das alternativas visando a implantação desses trilhos, que a Fiat formulou proposição no sentido de financiar e executar a obra. Existe, visivelmente, de múltiplas maneiras, um interesse, vivo e atuante, que irá - com certeza - desembocar na efetivação desse projeto. Condicioná-lo sob a ameaça de um gesto de separação do Paraná dentro do Paraná, todavia, se nos parece algo que raia ao inimaginável. Tão inverossímil quanto à sofreguidão dos que precipitam atitudes sem fazer a retrospectiva histórica. Tão pior quanto isto é a ausência da certeza quanto à valia de ficarmos unidos, com força maior, formando-se o Paraná como ele é - expressão de grandeza nacional por que resulta da soma do Oeste, do Norte, do Centro, da Capital, do seu litoral, do Sul, das regiões que amadureceram a consciência de que somos um grande Estado com excelentes perspectivas e possibilidades. E estas se tornarão mais significativas na própria certeza da força que dimanará de nossa união. Nunca pela idéia do separatismo."

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO RAFAEL GRECA, EM SESSÃO DO DIA 25 DE MAIO DE 1987.

"A LIÇÃO DO TEATRO DADÁ"

Renê Ariel Dotti.

"A existência e as atividades do Grupo de Teatro Dadá poderiam sugerir o nascimento e a história do dadaísmo, ou seja, o movimento de artistas plásticos e poetas que apareceu em Zurique, no ano de 1916, parcialmente em razão da atmosfera convulsionada da I Grande Guerra.

A síntese da grande vertente do pensamento e ação daquele grupo do qual participaram Picabia, Tzara, Aragon, Breton, Duchamp, etc., se contém na verdadeira proclamação assim exposta por Georges Ribemont Dessaignes: "O que é belo? O que é grande, forte, fraco? O que é feio? O que é Carpentier, Renan, Foch? Não sei. O que é eu sou? Não sei, não sei."

O dadaísmo, como proposta estética, antecedeu ao surrealismo nascido por iniciativa de alguns companheiros de jornada tendo à frente André Breton.

O Grupo de Teatro Dadá, embora fruto de rebeldia contra a opressão, teve outras origens e muito particulares à recente história política de nosso país.

Criado em 1962, o movimento refletia as tendências de liberdade, de crítica social e de reivindicação que marcaram a obra de jovens publicistas como Augusto Boal e Gianfrancesco Guarnieri, a vigorosa luta do Teatro Oficina e o panorama das vanguardas teatrais, entre elas, as novas formas de teatro popular.

A denominação Dadá se deve a uma circunstância que bem caracteriza a inteli-

gência brasileira e presta homenagem aos resistentes do período autoritário, os ásperos tempos vividos a partir de 1964.

Realmente, o nome Dadá passou a ser utilizado para chamar a trabalhadora social e militante política Adair Terezinha Chevônica. Ela foi à Rússia ao tempo do Governo João Goulart em viagem de estudos e quando regressou ao país, depois do golpe, não podia exercer um dos mais elementares direitos da personalidade: o direito ao nome. Adair passou a ser chamada pelas companheiras, como Miriam Gallarda, Dilma Pereira Lara, e outras, por Dadá. E este codinome se converteu na denominação do elenco.

O espetáculo "A nuvem apaixonada" comemora os vinte e cinco anos de existência do Grupo de Teatro de Bonecos Dadá e os cinco anos de ausência dos palcos deste grupo. A nota de maior significação da história do grupo reside na dedicação exclusiva da linguagem de teatro de bonecos, com a ternura que a envolve.

Ao lembrar esta trajetória de luta, de esperança e de resistência política através da inteligência, da palavra e do gesto, eu recordo também os sacrifícios e o triunfo do exemplo de Adair, Dilma, Mirian, Matilde, Euclides, Valmor Marcelino e tantos outros artesãos da desobediência.

Como advogado eu os conheci. E como cidadão passei a admirar o mundo de liberdade e ternura que aparecia num cenário além do rio, que eles diziam existir e apontavam. Não, porém, com o dedo que acusa, mas com o gesto de amor ao próximo."